

**CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Emmanuel Brandolff Jardim

**UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE AS POSSÍVEIS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA  
CRISE FINANCEIRA DE 2008 E SUA RELAÇÃO COM A HEGEMONIA MUNDIAL  
DOS ESTADOS UNIDOS**

Santa Cruz do Sul

2013

Emmanuel Brandolff Jardim

**UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE AS POSSÍVEIS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA  
CRISE FINANCEIRA DE 2008 E SUA RELAÇÃO COM A HEGEMONIA MUNDIAL  
DOS ESTADOS UNIDOS**

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade de Santa Cruz do Sul, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Oscar Graeff Siqueira

Santa Cruz do Sul

2013

## RESUMO

A crise financeira de 2008, cujo estopim foi a falência do banco de investimentos estadunidense Lehman Brothers, trouxe implicações a nível mundial, sendo que seus efeitos são sentidos cinco anos após a crise. Considerando isso, e tendo em vista que o epicentro da crise ocorreu no atual Estado hegemônico no sistema internacional, os Estados Unidos, o objetivo do presente trabalho foi investigar as possíveis causas e consequências da crise financeira de 2008 e sua relação com a hegemonia mundial dos Estados Unidos. A metodologia do trabalho pautou-se pela pesquisa bibliográfica, histórico-descritiva, explicativa e exploratória, com análise predominantemente qualitativa e com procedimentos hipotético-dedutivos. Como resultados, pode-se afirmar que a pesquisa confirmou a hipótese de que as origens da crise financeira de 2008 podem ser encontradas nas respostas dos Estados Unidos ao seu declínio hegemônico a partir de meados da década de 1960. Medidas como o rompimento unilateral estadunidense, no começo do decênio de 1970, ao sistema de paridades fixas entre as moedas nacionais e o dólar e o fim da livre-conversibilidade dólar-ouro, bem como a elevação da taxa de juros do *Federal Reserve* em 1979, mudaram o próprio funcionamento do sistema financeiro internacional, tornando-o mais instável e propenso a originar crises financeiras. A retomada da hegemonia dos Estados Unidos na década de 1980 deu-se via meios financeiros e o que seguiu a isso (variadas crises financeiras internacionais e aumento da especulação a nível global) refletiu-se no surgimento da conjuntura que levou à falência do Lehman Brothers e à crise subsequente. Para Giovanni Arrighi, a expansão da hegemonia mundial por meios financeiros denotaria o término do seu ciclo sistêmico de acumulação, bem como de sua capacidade de “governar” as demais nações. Entretanto, parece não haver candidato a assumir essa lacuna hegemônica, pois a China (segunda maior economia mundial) ainda é inferior aos Estados Unidos em termos políticos, econômicos e militares, além de não querer assumir esse papel no curto prazo. Um “grupo hegemônico de nações” também seria improvável no momento, à medida que os BRICS (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) ainda não teriam capacidade de coordenação para apresentar alternativas de reorganização do sistema internacional. Além disso, a pesquisa mostrou que cada hegemonia mundial (Países-Baixos, Grã-Bretanha e Estados Unidos) esteve atrelada a um tipo de pensamento econômico dominante, o que constituir-se-ia em um requisito para a liderança intelectual e moral do Estado hegemônico. Ao entrar em declínio hegemônico a partir de meados da década de 1960, os Estados Unidos lideraram um retorno gradual às ideias e práticas liberais, em detrimento das políticas keynesianas usadas a partir do final da Segunda Guerra Mundial. O neoliberalismo, então, serviu como um legitimador das mudanças na economia mundial nos decênios seguintes. Apesar disso, mesmo a crise de 2008 não trouxe grandes reveses à predominância do pensamento neoliberal, indicando, junto com a consideração de não haver outra possível hegemonia mundial no curto prazo, que o período de transição marcado pelo declínio hegemônico dos Estados Unidos tende a ser prolongado.

**Palavras-Chave:** Crise Financeira Mundial. Hegemonia. Estados Unidos.

## ABSTRACT

The 2008 financial crisis, that started with Lehman Brothers bankruptcy, is causing global damages, even five years after the crisis. Regarding it and by knowing that the crisis has started in the United States (world hegemony), the present study objectives inquire about possible causes and consequences of the 2008 financial crisis and relate it with United States world hegemony. The methodology was guided by bibliographic, historical-descriptive, explanatory and exploratory research methods, with qualitative analysis and hypothetical-deductive procedures. As a result, this study confirmed the hypothesis that 2008 financial crisis origins can be found in the reactions of the United States to its hegemonic decline from the mid-1960s. The end of Bretton Woods agreements at the beginning of the 1970s and the Federal Reserve higher interest rates from 1979 to the mid-1980s changed the international financial system functioning, making it more unstable and prone to other financial crises. The United States hegemony revival in the 1980s was happened by financial means and what came next (more international financial crises and increased global speculation) reflected in the scene that led to the Lehman Brothers bankruptcy and the subsequent crisis. According to Giovanni Arrighi, the world hegemony expansion by financial ways means the end of its systemic cycle of accumulation, as well as its ability to “rule” the other nations. However, there seems not to be a “candidate” to take this hegemonic gap. China (the world’s second largest economy) is still lower than United States in political, economic and militar terms, and it doesn’t want take on this role in the short term. A “hegemonic group of nations” are also unlikely at the moment, regarding that the BRICS (group constituted by Brazil, Russia, India, China and South Africa) still wouldn’t have coordination capacity to present alternatives for international system reorganization. Furthermore, this study has shown that each world hegemony (Netherlands, Great Britain and the United States) was related to a kind of mainstream economics, which would be a requirement for the hegemony intellectual and moral leadership. After its hegemonic decline beginning, the United States led a gradual return of the liberal ideas and practices, with less Keynesian policies (base of its hegemony after World War II). The “Neoliberalism” was used to legitimize changes in the world economy. Nevertheless, even the 2008 financial crisis hasn’t brought major negative effects to the predominance of neoliberal thought. It indicates, along with no other possible world hegemony in the short term, that the transition period of United States declining hegemony tends to be longstanding.

**Keywords:** Global financial crisis. Hegemony. United States.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ciclo de transições hegemônicas .....	31
Figura 2 – O sistema bancário paralelo.....	63
Figura 3 – A crise de 2008 e o possível ciclo sistêmico de acumulação da China	70
Gráfico 1 – Ativos financeiros como proporção dos ativos totais das corporações não financeiras.....	50
Gráfico 2 – Emissões de hipotecas subprime nos Estados Unidos (1994-2006)	58
Gráfico 3 – Preços das residências nos Estados Unidos (1890=100).....	60
Gráfico 4 – Comparação da evolução do PIB: EUA x China (em %) .....	68
Gráfico 5 – Evolução (“guerra”) cambial após a crise de <i>subprime</i> (moedas/US\$)	71
Mapa 1 – Mapa-múndi mostrando taxas de crescimento real do PIB para 2009 (com países em marrom em estado de recessão econômica) .....	66
Quadro 1 – Trajetória do pensamento econômico até a Segunda Guerra Mundial	24
Quadro 2 – Crescimento econômico mundial – 2001 a 2007 (%PIB real).....	59
Quadro 3 – Principais bancos beneficiários de empréstimos públicos (2007-2010)	65
Quadro 4 – Queda acumulada em 2008 nas bolsas das 15 maiores economias do mundo (em %) .....	65
Quadro 5 – Dívidas na área do euro (2011) .....	67
Quadro 6 – Crescimento econômico dos Estados Unidos e da China no período pós-crise .....	69
Quadro 7 – Crescimento econômico dos países dos BRICS no período pós-crise (% PIB real) .....	73
Quadro 8 – Os três Estados hegemônicos do capitalismo histórico no moderno sistema de Estados.....	76
Quadro 9 – O declínio da hegemonia estadunidense.....	77
Tabela 1: Composição das hipotecas nos Estados Unidos.....	58

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
1.1	Problema de pesquisa.....	7
1.2	Hipóteses.....	9
1.3	Objetivos.....	9
1.3.1	Objetivo geral.....	9
1.3.2	Objetivos específicos.....	9
1.4	Justificativa.....	10
1.5	Metodologia.....	11
1.5.1	Estrutura do trabalho.....	12
<b>2</b>	<b>A TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO: UM BREVE RELATO DAS ORIGENS DO CAPITALISMO ATÉ A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL..</b>	<b>14</b>
2.1	A Escola Liberal Clássica: de Adam Smith até John Stuart Mill.....	17
2.2	As críticas de Marx à Escola Clássica.....	18
2.3	Ascensão e declínio do pensamento neoclássico.....	20
<b>3</b>	<b>O CONCEITO DE HEGEMONIA MUNDIAL E OS DOIS PRIMEIROS ESTADOS HEGEMÔNICOS DO MODERNO SISTEMA DE ESTADOS.....</b>	<b>26</b>
3.1	O conceito de hegemonia e hegemonia mundial.....	27
3.2	A formação do moderno sistema de Estados.....	32
3.3	A hegemonia holandesa.....	33
3.4	A hegemonia britânica.....	37
<b>4</b>	<b>A HEGEMONIA MUNDIAL DOS ESTADOS UNIDOS, A FINANCEIRIZAÇÃO GLOBAL E A CRISE DE 2008.....</b>	<b>43</b>
4.1	O início do declínio hegemônico dos Estados Unidos.....	45
4.2	Reações dos Estados Unidos ao declínio hegemônico: neoliberalismo e financeirização da economia.....	47
4.3	A (in)capacidade hegemônica dos Estados Unidos e a aceleração da financeirização da economia mundial.....	55
<b>5</b>	<b>REFLEXÕES SOBRE A CRISE FINANCEIRA DE 2008 E SUAS IMPLICAÇÕES À HEGEMONIA MUNDIAL DOS ESTADOS UNIDOS.....</b>	<b>62</b>
5.1	Os Estados “voltam” à cena para mitigar a crise.....	64

<b>5.2 Discussões sobre a hegemonia mundial dos Estados Unidos após a crise de 2008.....</b>	<b>67</b>
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>85</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, consolidou a hegemonia mundial dos Estados Unidos, considerada pelo teórico neomarxista Giovanni Arrighi como a terceira hegemonia do capitalismo histórico no moderno sistema de nações – precedida pela Inglaterra e pelos Países-Baixos. Entre o fim dos anos 1960 e o começo da década de 1970, a diminuição do poder norte-americano sobre o meio interestatal levou a questionamentos referentes a se isso estaria marcando o início do declínio hegemônico estadunidense.

Durante as décadas de 1970 e 1980, o retorno da predominância do pensamento liberal nos formuladores de políticas econômicas nos Estados Unidos e na Europa, o que ficou conhecido como neoliberalismo, provocou mudanças na economia mundial, em especial levando à sua financeirização. Após a consolidação e auge, na década de 1990 e começo do século XXI, das teorias e práticas neoliberais, tais como a desregulamentação financeira e o livre fluxo dos capitais monetários, a falência do banco estadunidense Lehman Brothers, em 15 de setembro de 2008, trouxe consigo implicações desastrosas e de caráter internacional.

Em pouco tempo, trilhões de dólares em ativos financeiros ao redor do globo foram perdidos, implicando pânico generalizado só comparável com aquele ocorrido em virtude da crise de 1929, considerada a pior crise do modo de produção capitalista. Por trás da bancarrota da instituição acima mencionada, estava a depreciação profunda dos derivativos denominados *subprimes*, ativos criados pelos bancos e baseados em empréstimos hipotecários concedidos a cidadãos norte-americanos que não apresentavam garantias adequadas de que conseguiriam ressarcir os seus credores. Desta vez, pela magnitude das consequências da crise para o próprio capitalismo, o questionamento sobre a decadência hegemônica dos Estados Unidos começaria a ganhar contornos mais nítidos.

### 1.1 Problema de pesquisa

Desde a formação do moderno sistema de Estados, consolidado com a Paz de Vestfália (1648), as nações preponderantes no cenário internacional vêm lutando

por poder hegemônico, elemento presente nas relações interestatais ao passar dos últimos quatro séculos.

Os Países-Baixos, seguidos pela Grã-Bretanha, foram os dois primeiros Estados-nações hegemônicos no sistema interestatal. Os ingleses, vitoriosos nas guerras napoleônicas, assumiram esse *status* hegemônico em 1815, liderando a expansão econômica dos países europeus que industrializaram-se rapidamente na segunda metade do século XIX. Nesse mesmo período, outros dois países de fora da Europa aceleraram seu crescimento econômico: o Japão e os Estados Unidos.

Os Estados Unidos tornaram-se uma das principais potências econômicas até o fim do século XIX, mas só detiveram a hegemonia mundial após o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, liderando os países do sistema capitalista contra a esfera de influência dos Estados comunistas liderados pela União Soviética. Essa hegemonia tinha base na ideia de expansão mundial do que foi chamado de Estado de Bem-Estar Social, modelo no qual o governo seria mais atuante e intervencionista nas atividades produtivas de seu território e que teve base nas ideias do teórico John Maynard Keynes, após a crise econômica de 1929 e a Grande Depressão dos anos 1930.

A partir de meados da década de 1960, os Estados Unidos viram sua hegemonia começar a ser questionada, em meio à Guerra do Vietnã (1965-1975) e à crise do modelo keynesiano. As respostas a essa crise de hegemonia, como a ruptura da paridade do dólar em relação ao ouro e a propagação da perspectiva neoliberal (defensora dos livres mercados e do Estado não intervencionista) em âmbito interno e global, podem estar vinculadas com o desastre financeiro de 2008. Essas respostas à possível crise hegemônica dos Estados Unidos teriam iniciado-se há pelo menos três décadas, muito antes do problema com as dívidas hipotecárias tomar forma.

Então, mesmo que a desvalorização intensa dos ativos baseados em empréstimos hipotecários de alto risco explique o estopim do evento estudado, ela não revela as causas conjunturais e estruturais dessa crise financeira mundial. Essas causas podem estar relacionadas à hegemonia dos Estados Unidos, além da possibilidade de a crise ter impactado a posição hegemônica estadunidense no moderno sistema de Estados. Sendo assim, quais seriam as possíveis causas e consequências da crise financeira de 2008 e como elas poderiam estar relacionadas com a hegemonia mundial dos Estados Unidos?

## **1.2 Hipóteses**

A hipótese central da pesquisa presume que a financeirização da economia mundial, sobretudo a partir da década de 1970, teve caráter decisivo na formação do cenário correspondente à crise de 2008. Essa financeirização esteve atrelada, em grande parte, à tentativa dos Estados Unidos de não perder seu papel hegemônico no sistema internacional durante os últimos decênios do século XX e o primeiro decênio do século XXI.

Ademais, levantar-se-á a hipótese de que (i) ou os Estados Unidos não perderão sua hegemonia logo por não haver outra nação com as qualidades necessárias para substituí-lo – analisando a China como possível candidato à nação hegemônica; (ii) ou, pela primeira vez desde a gênese do capitalismo histórico, não haverá um único Estado soberano detentor da hegemonia sobre o sistema-mundo, e sim um conjunto deles.

## **1.3 Objetivos**

### **1.3.1 Objetivo geral**

Investigar as possíveis causas e consequências da crise financeira de 2008, relacionando-as à hegemonia dos Estados Unidos no sistema interestatal.

### **1.3.2 Objetivos específicos**

- a) Trabalhar o conceito de hegemonia;
- b) Analisar a ascensão hegemônica dos Estados Unidos e o possível declínio do mesmo a partir da década de 1970, com ênfase às respostas estadunidenses para esse possível declínio;
- c) Identificar as possíveis causas da crise de 2008 e relacioná-las às respostas dos Estados Unidos mencionadas na alínea anterior;
- d) Analisar as possíveis consequências na ordem político-econômica internacional que a crise de 2008 vem causando, mostrando o que isso poderia representar para a hegemonia estadunidense.

## 1.4 Justificativa

A crise de 2008 e o possível declínio da hegemonia dos Estados Unidos sobre o moderno sistema de nações representam, direta ou indiretamente, o cerne dos principais acontecimentos internacionais político-econômicos da atualidade. Isso porque grande parte dos países ainda sentem os efeitos dessa crise que teve início no país norte-americano antes mesmo da bancarrota do Lehman Brothers. Identificar de maneira clara e adequada os eventos precedentes ao estopim da crise pode propiciar melhores prognósticos sobre os desdobramentos da atual crise econômica mundial.

Ademais, os dois eventos estudados podem estar representando a reversão da aceitação de um pensamento predominante no ocidente desde a década de 1970: o neoliberalismo. A história dessa doutrina político-econômico-social, no que tange à desregulamentação dos mercados financeiros e à piora das condições sociais nos países desenvolvidos, parece estar entrelaçada com o desenrolar dos momentos que antecederam a crise de 2008. Isso, por conseguinte, representa um fator de relevância do tema pesquisado.

Dentro da esfera das teorias de Relações Internacionais, por sua vez, o presente tema de estudo poderá contribuir para um maior reconhecimento da vertente neomarxista, porquanto trabalhará com questões de hegemonia mundial. Vale apontar que o termo *hegemonia*, ao ser transposto para análises em nível global, ajudou a dar visibilidade para o uso das premissas marxistas nos estudos atuais relacionados à economia mundial e às interações estatais a ela vinculadas. A observação, nesses estudos, dá-se pela lógica da acumulação de capital e pelo desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, assuntos trabalhados por Karl Marx.

No princípio da crise financeira de 2008 surgiram estudos que explicavam suas causas a curto prazo (especulação no setor imobiliário estadunidense, por exemplo) ou criticavam a suposta supremacia dos mercados. Não demorou, entretanto, para eclodirem tentativas de elucidar essa crise a partir de raízes mais profundas, adotando para tal um viés histórico, fosse comparativo ou simplesmente evolutivo. O presente trabalho também buscará contribuir para o conhecimento do assunto nesse sentido, ao analisar a crise sob o prisma da hegemonia dos Estados Unidos a nível mundial.

## 1.5 Metodologia

Em virtude do seu objetivo central, a pesquisa foi histórico-descritiva. Descritiva porquanto procurou estabelecer relação entre duas variáveis, característica desse tipo de pesquisa (GIL, 1991). As variáveis em questão foram a crise financeira de 2008 (variável independente) e a hegemonia mundial dos Estados Unidos (variável dependente) – não utilizando-se de métodos quantitativos. Contudo, vale ressaltar que a pesquisa também aproxima-se daquela do tipo explicativa, por haver a possibilidade de determinação da natureza dessa relação. Ademais, a pesquisa teve um caráter exploratório, pois espera-se que ela venha a contribuir para o aprimoramento das ideias sobre a crise mencionada acima.

Considerando que a pesquisa buscou estabelecer uma vinculação entre a crise financeira de 2008 e a hegemonia mundial dos Estados Unidos (circunscrita a um longo período temporal de formação e decadência de hegemonias mundiais), pode-se dizer que esse estudo foi, também, histórico. Seguindo essa linha, o procedimento adotado foi o hipotético dedutivo, que pode ser usado para formular hipóteses a fim de explicar relações que devem ser contrastadas e verificadas, partindo de certas leis gerais para explicar fenômenos analisados (ARÓSTEGUI, 2006).

No tocante aos procedimentos técnicos utilizados, principalmente pelo fato do seu desenvolvimento através de material já elaborado, a pesquisa poderia ser classificada como bibliográfica. Foram usadas como fontes de informação artigos, livros, revistas especializadas, periódicos, páginas eletrônicas, dentre outros. A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (1991), tem como vantagem a possibilidade de coletar dados dispersos no espaço, além de dar ao pesquisador a oportunidade de abarcar uma gama de fenômenos maior do que na pesquisa direta.

Quanto ao tratamento concedido às informações e dados obtidos, a análise do trabalho foi predominantemente qualitativa, embora tabelas, gráficos e afins tenham sido empregados ao longo do texto, como meios esclarecedores de fatos apresentados. As técnicas qualitativas procuram mostrar a presença ou ausência de certas características no material utilizado como referência no assunto. Dentre os tipos de análises qualitativas abordadas por Cortes (2002) foram usadas, sobretudo, a análise de relações (já comentada) e a análise estrutural, que baseia-se na existência de estruturas universais ocultas sob fenômenos sociais aparentes.

### 1.5.1 Estrutura do trabalho

O trabalho foi estruturado em cinco capítulos. No segundo capítulo, subsequente ao capítulo introdutório, foi feita uma síntese sobre a história do pensamento econômico até a Segunda Guerra Mundial, abrangendo desde as ideias mercantilistas até a escola keynesiana, passando pelos fisiocratas, pelos clássicos (Adam Smith, Jean-Baptiste Say, Thomas Malthus e David Ricardo), por Karl Marx, pelos neoclássicos, pelos institucionalistas e por Joseph Schumpeter. Deu-se enfoque, dentre essas abordagens teóricas, àquelas de Marx e John Maynard Keynes, mormente no que se refere às crises do capitalismo.

No terceiro capítulo, construiu-se um arcabouço teórico para a compreensão das hegemonias mundiais e das transições hegemônicas. Os escritos-base proviram de Gramsci (2002), que nos *Cadernos do Cárcere* conceituou e trabalhou o termo *hegemonia*. Após, analisou-se as ideias de autores que transpuseram o conceito gramsciano para a esfera interestatal, com ênfase na perspectiva de Arrighi (1996; 2008) sobre hegemonias mundiais e ciclos sistêmicos de acumulação de capital – este último conceito tendo sido inspirado nos estudos de Braudel (1979) sobre a evolução do capitalismo em nível mundial até o século XVIII.

Ainda nesse capítulo, fez-se uma narrativa da formação dos modernos Estados soberanos, analisando a formação, desenvolvimento, auge e decadência das duas primeiras hegemonias do sistema internacional pós-Vestfália: os Países-Baixos e a Grã-Bretanha – já explicando as origens do surgimento dos Estados Unidos como potência hegemônica.

No quarto capítulo, foi feita uma análise sobre a consolidação da hegemonia estadunidense. Além disso, a análise chegou até o período do suposto começo do declínio hegemônico estadunidense, que corresponde a meados da década de 1960 e início do decênio seguinte. Foi dada atenção especial às possíveis repostas dos Estados Unidos a essa crise de hegemonia na época e à eclosão da conjuntura e estrutura responsável pelo estopim da crise de 2008.

Por fim, no quinto capítulo foram analisadas as causas e consequências da crise financeira de 2008. Às causas buscou-se investigar um suposto vínculo com as possíveis medidas adotadas pelos Estados Unidos no intuito de manter ou aumentar sua hegemonia mundial a partir dos anos 1970. Quanto às consequências da crise, foram enfatizadas as possíveis implicações do evento para a posição hegemônica

dos Estados Unidos, a partir de estudos já feitos sobre a matéria e levando em consideração autores que tenham trabalhado com concepções que possam ser alinhadas com o pensamento de Arrighi.

## **2 A TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO: UM BREVE RELATO DAS ORIGENS DO CAPITALISMO ATÉ A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

A economia, enquanto ciência, apenas consolidou-se no século XIX. Apesar de não ter a tradição milenar de áreas do conhecimento como o Direito, as ideias econômicas, e a compreensão de seu surgimento e evolução, são fundamentais para a análise dos acontecimentos no sistema internacional ao longo dos últimos séculos.

Foi na transição entre o feudalismo e o capitalismo que as primeiras tentativas de explicar o modo de organização produtiva da sociedade começaram a desenvolver-se. O feudalismo foi o sistema socioeconômico preponderante na Europa Ocidental após a queda do Império Romano, nos primeiros séculos d.C. A unidade básica desse sistema era o feudo (direito hereditário sobre o uso da terra), cuja propriedade dava-se através de uma hierarquia feudal na qual o elo mais fraco era o servo ou camponês. Este estava preso à terra onde vivia, devendo lealdade e sendo protegido pelos senhores feudais que, por sua vez, deviam fidelidade e eram protegidos por outros senhores, em uma escala hierárquica que chegava até a figura do rei (HUNT; SHERMAN, 2010).

Considerando essas relações, o sistema feudal era altamente descentralizado, caracterizado pelos costumes e tradições emanadas da Igreja Católica, instituição proeminente na Idade Média europeia. A “ética paternalista cristã”, como Hunt e Sherman (2010) denominaram o conjunto das ideias católicas que permearam o comportamento da sociedade medieval, foi em parte responsável pela estagnação econômica à época. Isso porque a ética cristã condenava os lucros e juros excessivos, vistos como pecado pela Igreja, o que inibiu o comércio durante séculos.

Na passagem para o segundo milênio, houve mudanças significativas. A base do sistema feudal era agrária, as técnicas de agricultura, entretanto, eram ineficientes. A alteração no sistema de plantio, de dois para três campos, melhorou a fertilidade da terra e a produtividade agrícola. Houve incremento também nos transportes, com o arado puxado por cavalos e a substituição da carroça de duas rodas pela de quatro rodas, com eixo dianteiro móvel (HUNT, 1989).

Os excedentes gerados na produção agrícola, a partir disso, propiciaram a expansão do comércio na Europa; com isso, mais cidades foram formadas, bem

como as manufaturas – indústrias de produção doméstica. O comércio de longa distância também expandiu-se, sobretudo a partir das Cruzadas, iniciadas no século XI. Esses empreendimentos militares contra os árabes, liderados pela França e pela oligarquia de Veneza, apesar de terem tido uma justificativa religiosa (retomar a “Terra Santa”), foram impulsionados pela necessidade de aumento do comércio e influência dos europeus no Oriente.

O desenvolvimento do comércio e da indústria na Europa trouxe consigo a figura do mercador-capitalista. O mestre artesão outrora produzia e vendia seu produto, vendendo-o ao mercador que, por seu lado, revendia-a a um preço maior, com lucro. Ao longo do tempo, os mercadores foram adquirindo as ferramentas de produção dos bens manufaturados, ao que o artesão efetivamente passou a trabalhar para esse mercador capitalista (HUNT, 1989).

Com a disseminação desse modelo na Europa, as cidades multiplicaram-se, enfraquecendo os laços feudais (eminentemente agrários) e dando início ao mercantilismo – fase inicial do capitalismo. O bulionismo, primeiro estágio do mercantilismo, consistiu na busca, por parte de potências europeias, de ouro e prata, que eram usados como moeda e estavam em escassez no Velho Continente. Isso ocorreu nos séculos XVI e XVII, durante as Grandes Navegações, nas quais foram descobertas as Américas, ricas em ouro e prata. Tal descoberta permitiu a atenuação dos problemas de circulação desses metais preciosos – em lugares como a Espanha, o excesso desses metais inclusive acarretou inflação alta e persistente.

O pensamento mercantilista também repousava na noção do saldo favorável na balança comercial de determinada região, o que era fundamental para a obtenção de mais metais preciosos, ou seja, para acumular riqueza. Papel relevante foi concedido aos governos nesse processo, uma vez que eles gerenciavam as expedições ultramarinas, criando monopólios (as companhias de comércio e navegação), encarregados de comercializar com outras nações e explorar lugares desconhecidos. Em síntese, para os mercantilistas, a fonte da riqueza era o próprio comércio.

Entrementes, a ética cristã, base ideológica no período feudal, foi perdendo força para a ética protestante, que transformou em virtudes o egoísmo e os motivos pessoais, quando concretizados na procura aquisitiva, condenados pela Igreja Católica. Eclodia então a filosofia do individualismo, que apregoava contra a moral em favor das liberdades individuais. Isso num contexto em que a burguesia nascente

na Europa (formada pelos mercadores-capitalistas) clamava pelo fim do monopólio do Estado nos assuntos econômicos, o que inibia a prosperidade dos seus negócios (HUNT, 1989).

Paralelo a essas reivindicações, surgia na França um conjunto de reformadores sociais, liderados por François Quesnay (1694-1774), que igualmente argumentavam contra a ingerência do Estado na economia. Os fisiocratas, como posto por Hunt (1989), viam a sociedade governada por uma lei natural, fazendo com que qualquer tipo de intervenção estatal fosse desnecessária e prejudicial. O símbolo desse pensamento ficou expresso no lema “*laissez-faire, laissez-passer*” (“deixe fazer, deixe passar”).

Quesnay (1985) elaborou o *Tableau Économique*, no qual mostrou os processos de produção, circulação de moeda e das mercadorias e a distribuição de renda. Nesse modelo, o setor privilegiado era agricultura, porquanto fosse considerada a única atividade produtiva capaz de gerar excedente. A explicação foi a de que, dados os custos das matérias-primas mais os salários dos trabalhadores, a indústria era incapaz de auferir lucros: era estéril.

Ao passo que na França as ideias fisiocratas eram discutidas, na Inglaterra os acontecimentos no século XVIII fizeram com que as discussões tomassem outro caminho. Nos três últimos decênios do século XVIII e começo do século XIX, a Revolução Industrial ocorreu na Inglaterra e na Escócia, onde o mercantilismo foi superado para dar lugar ao capitalismo. Tendo como âncora as indústrias têxtil e siderúrgica, o desenvolvimento da energia à vapor levou a mudanças econômicas e sociais profundas.

O crescimento das principais cidades industriais foi realmente impressionante. Por exemplo, a população de Manchester passou de 17000 habitantes, em 1760, para 237000, em 1831, e para 400000, em 1851. A produção de industrializados foi quase que duplicada, na segunda metade do século XVIII, e cresceu mais depressa ainda, no início do século XIX. Em 1801, quase 30% da mão-de-obra inglesa estavam empregados na indústria e na mineração; em 1831, este percentual tinha subido para mais de 40%. Assim, a Revolução Industrial transformara a Inglaterra num país com grandes centros urbanos industriais, onde o sistema fabril era dominante (HUNT, 1989, p. 62).

O novo contexto originou também a consolidação do pensamento econômico, como será visto ao longo do capítulo.

## 2.1 A Escola Liberal Clássica: de Adam Smith até John Stuart Mill

No período da Revolução Industrial, o escocês Adam Smith (1723-1790), com sua obra *A Riqueza das Nações*, de 1776, fundou a escola clássica do pensamento econômico, que estendeu-se até a publicação, em 1848, de *Princípios de Economia Política*, de John Stuart Mill. Dentre os preceitos que serviram de base para as análises dos teóricos da escola clássica, estão a livre-concorrência, o individualismo e o liberalismo. Os expoentes dessa escola (como Smith, Thomas Malthus e David Ricardo) contribuíram para imprimir caráter científico à área da economia, valendo-se de métodos dedutivos para simplificar e explicar a realidade política, econômica e social.

Apologista do sistema de mercado, Smith (1996) acreditava que a busca pela realização dos interesses individuais gerava bem-estar social. O mercado era autorregulado por uma “mão invisível” e suas leis faziam com que a competição entre os agentes econômicos ajustasse oferta e demanda, preços e rendimentos. Vale apontar que o pensador era contra a formação de monopólios, por estes prejudicarem a livre-concorrência e seus efeitos benéficos, e contra a intervenção do Estado na economia. Argumentava que a concorrência, aliada à divisão técnica do trabalho e ao grau de especialização levariam a uma expansão contínua do sistema, tanto em termos quantitativos como qualitativos.

Mais tarde, no início do século XIX, o teórico liberal Jean-Baptiste Say (1983) foi além das apologias de Smith aos mercados livres, dizendo que crises de superprodução não poderiam acontecer, considerando que a oferta de mercadorias sempre, e independente da quantidade, encontraria a sua respectiva demanda – a chamada *Lei de Say*.

Malthus (1986) e Ricardo (1996), por sua vez, não possuíam uma visão otimista a respeito do futuro da sociedade capitalista. Para Malthus (1986), o crescimento geométrico da população face ao crescimento aritmético da produção de alimentos era um problema concreto – a tendência era a escassez dos alimentos. Além disso, anteviu a existência de períodos nos quais haveria superprodução em relação à verdadeira demanda pelas mercadorias ofertadas.

Já para Ricardo (1996), o pessimismo residia no conflito entre as classes dos proprietários de terras e dos industriais na Inglaterra, contenda na qual os primeiros levavam vantagem em virtude da renda da terra. Os proprietários de terra, ademais,

dominavam o Parlamento inglês e legislavam em causa própria, chegando a aprovar a Lei dos Cereais, que colocava impostos variáveis sobre a importação de grãos mais baratos do que os produzidos internamente. Por essa lei, “quanto mais caía o preço do produto estrangeiro, mais alto se tornava o imposto. Além disso, foi estabelecido um teto para manter o trigo de preço baixo permanentemente fora do mercado inglês” (HEILBRONER, 1996, p. 78).

Ricardo ainda afirmava haver, pelo aumento nos custos com a produção, uma tendência natural ao declínio dos lucros de maneira geral, o que embora não gerasse crises (pelos mercados autorregulados) poderia levar a uma estagnação do progresso econômico, o “estado estacionário” (HUNT, 1989).

Outro autor que argumentava no sentido dessa tendência natural ao declínio da taxa de lucro era John Stuart Mill, contemporâneo de Ricardo. Para Mill (1996), porém, havia duas forças contrárias à tendência decrescente: a exportação de capitais e as crises comerciais periódicas. A primeira ocorria com a perpetuação dos lucros na relação metrópole-colônias, enquanto a segunda permitia a realimentação dos lucros à medida que o capital era destruído.

Apesar de defender a Lei de Say, Mill acreditava numa reforma do capitalismo, na qual o governo teria papel importante, ao promover a erradicação da pobreza. Defendeu, dentre outras coisas, “leis que protegessem os direitos de os operários formarem sindicatos, leis que impedissem o abuso ou o excesso de trabalho de crianças em qualquer tempo contratado e leis que limitassem o número de horas que um empregado poderia trabalhar” (HUNT, 1989, p. 214).

No mesmo ano em que a obra de Mill marcava o fim da escola clássica (1848), foi lançado um panfleto chamado *O Manifesto Comunista* (autoria de Karl Marx e Friedrich Engels), no qual previa-se o fim do capitalismo. O ano de 1848, de fato, foi marcado por uma onda de protestos revolucionários por toda a Europa continental, que acabou na supressão de todas as revoltas e milhares de mortes (HEILBRONER, 1996).

## **2.2 As críticas de Marx à Escola Clássica**

Um dos autores do Manifesto Comunista, Karl Marx, posteriormente (entre as décadas de 1860 e 1880) escreveu *O Capital*, criticando os autores clássicos e fazendo uma análise minuciosa do funcionamento do modo de produção capitalista.

Com sua fórmula geral do capital, D-M-D', Marx (1996) explicou que o elemento através do qual surgia o lucro do capitalista era o trabalho. O capitalista apropriava-se do trabalho do operário, pagando a este menos do que o devido pela quantidade de riqueza produzida, e assim conseguia seu excedente, lucro, ou mais-valia. A mais-valia poderia ocorrer tanto por meio do aumento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) quanto pelo incremento de maquinário poupador de força de trabalho e que aumentava a produtividade dos proletários (mais-valia relativa).

Uma vez que o trabalho era a fonte de acúmulo de capital, a busca por trabalhadores pela concorrência eventualmente faria com que os salários dos proletários subissem. Contra essa elevação dos salários, maquinário poupador de mão-de-obra era adquirido, o que acabava prejudicando a própria extração da mais-valia, vista a diminuição de trabalhadores. Com isso, a competição intercapitalista tornava-se cada vez mais acirrada, gerando crises econômicas – desta forma, Marx mostrava e também evidenciava a tendência da queda da taxa de lucro (HEILBRONER, 1996).

Como resposta às crises, as empresas capitalistas valiam-se de dois expedientes: a concentração e a centralização. A concentração dar-se-ia pelo processo de acumulação de capital, com o aumento da produtividade da indústria via inserção de novas máquinas, mantendo ou elevando os lucros via extração da mais-valia relativa. Já a centralização correspondia à absorção das empresas menores pelas maiores, porquanto aquelas não conseguiam sobreviver à dura competição no mercado (SINGER, 2010). A tendência, como afirmava Marx (1996), não era apenas o declínio da taxa de lucro e o surgimento de crises econômicas, mas sim o agravamento gradual das crises, devido às empresas tornarem-se cada vez maiores e mais concentradas.

Além da fórmula D-M-D', referente ao capital comercial e industrial (comprar mais barato para vender mais caro), Marx identificou a abreviação dessa fórmula para o capital a juros ou usurário. Nesse tipo de capital, “a forma D-M-D' é reduzida aos extremos não mediados D-D', dinheiro que se troca por mais dinheiro, forma que contradiz a natureza do dinheiro e, por isso, inexplicável do ponto de vista do intercâmbio de mercadorias” (MARX, 1996, p. 283).

Após a morte de Marx, alguns teóricos seguiram suas linhas de argumento, adaptando-as às mudanças conjunturais e estruturais do modo de produção capitalista. Rudolf Hilferding, em 1910, publicou *O Capital Financeiro* (1985), no qual

o autor deu destaque para a passagem do capitalismo da empresa individual para o capitalismo da sociedade anônima. Isso ocorreu com o desenvolvimento dos mercados de capitais, no qual as empresas passaram a vender títulos (ações) para arrecadar fundos (SINGER, 2010).

Com isso, os bancos, antes intermediadores do crédito, passaram a participar mais ativamente do funcionamento das empresas ao poder comprar essas ações a um preço baixo e vender a um preço mais alto, mesmo o valor físico da empresa não tendo aumentado. Conforme Singer (2010), esse “capital fictício”, elevava o poder do setor bancário que, ao tornar-se co-proprietário de diversas empresas, acelerava o processo de fusão entre companhias, diminuindo a concorrência. À fusão do capital bancário com o capital industrial, Hilferding (1985) denominou “capital financeiro”, que acentuava a tendência do sistema capitalista à concentração e centralização.

### **2.3 Ascensão e declínio do pensamento neoclássico**

A escola neoclássica, que teve em Alfred Marshall um de seus teóricos importantes, desconsiderava as ideias e críticas marxistas, reafirmando os efeitos positivos do livre mercado e detendo-se em fenômenos quantitativos na área da microeconomia, como questões de equilíbrio entre oferta e procura de mercadorias. Os agentes econômicos eram vistos como racionais e, portanto, maximizadores de lucro, no caso dos empresários, e de utilidade, no caso dos consumidores (HUNT, 1989).

Entre fins do século XIX e início do século XX, o teórico norte-americano Thorstein Veblen (1857-1929) elaborou alguns dos trabalhos que dariam-no renome mundial. Contrapondo-se à visão neoclássica, Veblen negava o comportamento racional, egoísta e maximizador do ser humano que, nos seus termos, agia instintivamente. Como bem salienta Hunt (1989), o comportamento instintivo não dava-se no sentido darwiniano, mas sim como sendo influenciado por instituições, na forma de hábitos e costumes.

Ao analisar o sistema de negócios capitalista, Veblen (1966) concluiu que o sabotador do sistema era o próprio empresário que, em vez de produzir bens, usava expedientes de todo o tipo (créditos, ações etc.) para especular e auferir lucros. Por essa falta de eficiência, isto é, pelo empresário agir contra as funções reguladas das

máquinas (produzir bens), o capitalismo moderno estaria propenso a crises e depressões econômicas (HEILBRONER, 1996).

Uma visão mais positiva do empresário apareceu na obra do teórico austríaco Joseph Alois Schumpeter. A diferença é que, para Schumpeter (1997), o empresário não era o convencional “tocador de negócios”, e sim a figura do empreendedor, aquele que promovia a inovação. Os ciclos econômicos estariam ligados às inovações: no “boom” econômico, os “imitadores” copiariam as inovações na base do processo, disseminando e generalizando o lucro até os ganhos começarem a cair. Nesse momento, seriam necessárias outras inovações para alavancarem o ciclo econômico.

Apesar das críticas de Marx às ideias clássicas e as de Veblen aos neoclássicos, o modelo econômico hegemônico nas primeiras décadas do século XX continuou sendo o modelo liberal, que exaltava a racionalidade, o individualismo e a capacidade autorreguladora dos mercados. Os Estados Unidos, após a Primeira Guerra Mundial, pode ser visto como o lugar onde essas qualidades mais foram apregoadas, em um contexto de prosperidade aparentemente incontornável. Problemas no mercado de ações norte-americano, todavia, levaram ao *crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em outubro de 1929. Consoante Souza (2009), o então presidente estadunidense, Herbert Hoover, não tomou medidas para mitigar os efeitos da crise, acreditando que os ajustes automáticos dos mercados levariam a economia a se reencontrar, embora isso não tenha acontecido.

A partir daí, diversas críticas foram feitas ao pensamento neoclássico, dentre as quais serão mencionadas duas. A primeira refere-se à tradição intelectual-acadêmica inaugurada por Ronald Coase em seu artigo *The Nature of the Firm* (1937). Nele, Coase (1937) teceu argumentos contra a teoria neoclássica, trazendo à tona a ideia dos custos de transação. Esses custos seriam aqueles custos não-contabilizados, que saíam da esfera da produção, e impediam o crescimento ininterrupto do tamanho de uma empresa capitalista. A Nova Economia Institucional, como ficou conhecida a escola econômica oriunda desse trabalho de Coase, resgatou elementos de Veblen, como a importância das instituições (no sentido de normas e princípios) na vida em sociedade. Ademais, aprimorou as ideias neoclássicas, afirmando que a racionalidade humana era limitada, posto que era impossível ter todas as informações possíveis (informação completa) para serem tomadas as decisões mais racionais.

A crítica mais retumbante aos neoclássicos veio do economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946), no seu livro *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, publicado em 1936. Como Souza (2009) coloca, Keynes opunha-se à ideia de que a economia era regulada pelas forças autorreguláveis do mercado, que, na verdade, levavam a desequilíbrios e crises.

Na sua análise, Keynes (1996) desconstruiu a ideia dos economistas clássicos de que toda a oferta gerava a sua procura, argumentando que a propensão marginal a consumir das pessoas diminuía conforme o aumento de suas rendas, o que alterava a demanda efetiva. Em outras palavras, nem sempre o montante do que era obtido de rendimentos era destinado ao consumo, conforme o pensamento preponderante à época. Essa constatação, por si só, já descartava a inexistência de possibilidades de crise de superprodução prevista por Say.

Apesar disso, a questão central não estava no surgimento das crises, e sim no fato de que, em casos graves de depressão econômica, as forças do mercado não tirariam a economia dessa situação. Os clássicos ignoravam isso ao responder que em tempos difíceis e de baixa demanda, a poupança geraria o investimento necessário para reativar o processo de produção e consumo – o que seria inviável para Keynes, já que em tais momentos simplesmente havia insuficiência de poupança (HEILBRONER, 1996).

Para Keynes, o problema começava quando havia expectativa da queda da taxa de lucro pelo investidor, ou, nos termos keynesianos, quando ocorria a diminuição da eficiência marginal do capital. À medida que isso acontecia, e devido à preferência pela liquidez (maior rentabilidade com especulação e poupança do que com produção), os juros subiam, os investimentos declinavam, havia uma contração da demanda de meios de produção, trabalhadores eram demitidos, caía a massa salarial e a crise eclodia (SOUZA, 2009).

Como remédio às crises, Keynes (1996) argumentava no sentido da intervenção do Estado na economia, fomentando o consumo e o investimento por intermédio de políticas monetárias e, sobretudo, fiscais (gastos do governo com investimento). As políticas fiscais seriam preferíveis às monetárias por causa das limitações destas, embasado na percepção de que o governo não teria como baixar as taxas de juros abaixo de zero para reativar a engrenagem produtiva, o que foi denominado “armadilha de liquidez”. Através dessas políticas anticíclicas, os países

poderiam manter ou alcançar o pleno emprego e evitar o aparecimento ou recrudescimento das crises capitalistas.

As ideias de Keynes (1996), apesar de originais, já vinham sendo executadas em vários países como tentativas de sair da depressão econômica. Nos Estados Unidos, em 1932, foi eleito para presidente o democrata Franklin Roosevelt, que adotou o *New Deal*, programa de investimentos públicos para fomentar as atividades produtivas, gerando emprego e renda. Os resultados não foram os esperados, o desemprego só foi eliminado após os esforços de guerra em meio à entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, o que demandou o uso de toda a capacidade instalada em solo estadunidense.

Após a Segunda Guerra, a aceitação dessas ideias no mundo capitalista generalizou-se. Em outras palavras, a intervenção do Estado na economia, para evitar ou mitigar os efeitos de recessões, então passou a ser considerada como válida. Nos Estados Unidos e na Europa Ocidental (particularmente nesta última) configurou-se o *Estado de Bem-Estar Social*, onde o governo atuava fortemente no sentido de corrigir desigualdades sociais e fornecer serviços básicos de qualidade à população, como saúde, educação e segurança.

Não obstante, logo um pensador austríaco viria a tentar desmistificar as ideias de planejamento econômico. Para Friedrich von Hayek, no seu livro *O Caminho da Servidão*, publicado em 1944, a economia ultraplanejada era inconcebível, por ir de encontro às liberdades individuais. Mesmo a crítica de Hayek (1990) sendo dirigida mormente ao governo comunista da União Soviética, acabou rescaldando também nas ideias de Keynes, simpático a um mínimo de planejamento.

Embora o debate acadêmico entre Keynes e Hayek não tenha ocorrido de fato, porquanto o economista inglês tenha morrido dois anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, essa aparente dicotomia intervenção / não-intervenção do Estado seria o cerne de um confronto ideológico que permearia a hegemonia intelectual dos Estados Unidos. Essa questão será vista com mais detalhes ao longo do trabalho.

**Quadro 1 – Trajetória do pensamento econômico até a Segunda Guerra Mundial**

<b>Teóricos</b>	<b>Contexto histórico</b>	<b>Contribuições – visão sobre o capitalismo / sociedade capitalista</b>
Mercantilistas	Sécs. XIV-XVIII. transição entre o feudalismo e o capitalismo. Aumento do comércio intraeuropeu e ultramarino.	Bulionismo – busca de metais preciosos. Comércio como fonte de riqueza.
Fisiocratas Quesnay (1985)	Séc. XVIII: descontentamento com o Estado Absolutista da França. Início de convulsões sociais na Europa.	Terra como verdadeira fonte da riqueza – economia como algo natural, orgânico, dispensando intervenções estatais ( <i>laissez-faire, laissez-passer</i> ). Indústria seria estéril.
Smith (1996)	Séc. XVIII: Começo, na Grã-Bretanha, da Primeira Revolução Industrial. Aumento da eficiência técnica e disseminação das indústrias de pequeno e médio porte.	Evolução da sociedade: agricultura, indústria (aumento da produtividade) e comércio. Crença nos mercados livres e autorregulados – geridos por uma “mão invisível”.
Malthus (1986)	Grã-Bretanha entre o fim do século XVIII e início do século XIX. Aumento da miséria. Disputas de poder entre industriais (nova elite) e proprietários de terras (elite conservadora) no Parlamento Inglês.	Tendência à escassez de alimentos e riscos de ocorrência de uma “plethora geral”.
Ricardo (1996)		Vantagens do livre comércio entre as nações (aprofundando as ideias de Smith). Luta entre industriais e proprietários de terras pendia para os últimos. Motivo: “renda da terra”. Tendência: diminuição da taxa de lucro.
Mill (1996)	Primeira metade do séc. XIX: Reações dos operários ingleses à opressão social.	Tendência a taxas de lucros declinantes (retomando Ricardo). Possibilidade do “estado estacionário” da economia.
Marx (1996)	Proliferação de protestos sociais na Europa.	Exploração dos trabalhadores pelos capitalistas pela extração da “mais-valia”. Tendência à extinção do capitalismo, pelas suas próprias contradições.
Neoclássicos Marshall (1946)	Segunda metade do séc. XIX e início do séc. XX: acomodação dos protestos (conquistas sociais). Segunda Revolução Industrial na Europa – Inglaterra liderando.	Reafirmação dos postulados clássicos, principalmente a questão dos mercados autorregulados. Foco no caráter “micro” da economia, como análise sobre oferta e demanda.
Veblen (1965, 1966)	Estados Unidos no fim do séc. XIX e início do séc. XX: competição selvagem e desenfreada disputa por supremacia econômica.	Importância das instituições na formação das sociedades. Surgimento da “classe ociosa”. Empresários vistos como “sabotadores” do capitalismo.

Schumpeter (1997)	Europa na primeira metade do século XX. Guerras mundiais e a Grande Depressão da década de 1930.	Papel central dos inovadores nos ciclos econômicos para romper as fases depressivas da economia.
Coase (1937)		Publicação, em 1937, do artigo <i>The Nature of the Firm</i> , no qual os limites da firma seriam dados pelos custos de transação. Retomada e aprimoramento das ideias de Veblen e posterior formalização da <i>Nova Economia Institucional</i> .
Keynes (1996)		Crítica aos postulados neoclássicos. Economia não conseguia “sair do buraco” por falta de <i>demanda efetiva</i> . Necessidade de políticas públicas para gerar essa demanda e alavancar as atividades econômicas.
Hayek (1990)		Crítica ao ultraplanejamento estatal.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Quadro 1 faz um resumo do que foi apresentado nesse capítulo, destacando a ideia principal de cada autor ou corrente teórica e comparando isso com o contexto no qual as ideias foram produzidas. Partindo dessas informações, pode-se inferir que a evolução do pensamento econômico acompanhou, de certa forma, a própria evolução do sistema capitalista. Além disso, essa trajetória seguiu o surgimento e desenvolvimento do moderno sistema de Estados, o que será visto no próximo capítulo.

### **3 O CONCEITO DE HEGEMONIA MUNDIAL E OS DOIS PRIMEIROS ESTADOS HEGEMÔNICOS DO MODERNO SISTEMA DE ESTADOS**

Para explicitar o conceito de hegemonia mundial, é necessário, primeiramente, compreender a visão que as escolas clássicas (positivistas) de Relações Internacionais têm a respeito do papel do Estado. Nogueira e Messari (2005) identificam o realismo, o liberalismo e o marxismo como as três principais correntes positivistas no estudo das relações internacionais.

Em termos gerais, o realismo tem uma visão pessimista das relações internacionais. Para essa corrente, os Estados são caixas-pretas, unidades básicas de referência analítica, que procuram seguir seus interesses para conseguir primeiro a sua sobrevivência em um ambiente anárquico, para depois expandir seu poder e sua influência no sistema internacional. O liberalismo também vê o Estado como referência em suas análises, mas sua visão quanto à interação entre essas unidades é mais positiva. Através da disseminação dos valores democráticos e de livre-comércio, os liberais entendem que a anarquia existente no sistema internacional pode ser superada, dando lugar à paz e a cooperação entre os povos.

Enquanto os realistas e liberais tem como eixo de análise o Estado, a escola radical, como Magnoli (2004) denomina a corrente marxista, concede destaque à análise do capitalismo. O Estado, para a escola radical, estaria vinculado às questões capitalistas, derivando da clássica asserção de Marx e Engels (1998) de que o Estado seria somente um comitê gestor dos negócios da burguesia.

Lênin (1982), Hobson (1996) e Luxemburgo (1985) transpuseram o nível de análise de Marx ao âmbito internacional, pautado na disputa imperialista de poder entre as nações no fim do século XIX e início do século XX. Também o fizeram, conforme Nogueira e Messari (2005), os teóricos da dependência, como Theotônio dos Santos (1977), Raul Prebisch (1968) e Celso Furtado (1963), que procuraram explicar o desenvolvimento desigual das nações através de uma dinâmica de exploração dos países desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos após a Segunda Guerra Mundial. Prebisch (1968) e Furtado (1963), no contexto da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), procuraram explicar como davam-se essas relações para propor medidas aos governos latino-americanos para alcançar o desenvolvimento, como a estratégia de substituição de importações. A abordagem de Santos (1977) era mais impositiva, ao propor uma espécie de revolução contra a

burguesia e mudar o paradigma de desenvolvimento de capitalista e socialista, em detrimento das corporações multinacionais que obtiveram grande poder após a Segunda Guerra.

Um conceito pouco abordado por estes autores seria o entendimento sobre hegemonia, que representa a dominação, via coerção e consentimento, de um grupo social sobre os demais – uma sofisticação à ideia de conflitos de classe de Marx (1996). Ademais, o conceito de hegemonia é um dos mais relevantes para a escola marxista, visto a sua relevância para a compreensão histórica das relações interestatais e intercapitalistas. É esse conceito que será tratado a seguir.

### **3.1 O conceito de hegemonia e hegemonia mundial**

A dominação, controle e repressão de povos sobre outros povos, é notório, são elementos presentes, concomitantemente ou não, nas relações entre nações há muito tempo. Fossem cidades-Estados, como Atenas e Esparta no século V a.C., fossem impérios como o Império de Alexandre Magno, o Império Romano e o Império Bizantino, todas essas estruturas políticas exerciam influência sobre outrem, tanto na esfera interna quanto externa às suas fronteiras.

Durante os primeiros séculos d.C., a fragmentação do Império Romano trouxe como consequência a descentralização do poder político na Europa, com a formação de vários reinos. Além disso, a própria figura do rei perdeu importância à época, em favor dos donos de terras (feudos), que detinham soberania sobre suas posses, muitas vezes formando exércitos particulares para defendê-las.

A formação do moderno sistema de Estados na Europa, com a nova centralização político-econômica dos feudos e reinos em determinados territórios durante o século XVII, conferiu novo molde às relações internacionais. A premissa de respeito à soberania dos Estados emergentes àquela época fez mudar as tradicionais formas de dominação, como as conquistas territoriais.

Nesse sentido, o conceito de hegemonia tornou-se relevante para analisar a preponderância de um Estado sobre os demais no cenário interestatal. Apesar de não se saber ao certo a origem do termo, para Gruppi (1978) pode-se dizer que um dos teóricos que mais insistiram nele foi Antonio Gramsci. Ao discorrer sobre o problema da direção política na formação e no desenvolvimento da nação e do Estado moderno na Itália, Gramsci (2002) indicou que a supremacia de um grupo

social poder-se-ia dar tanto através de domínio como pela direção intelectual e moral.

Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar também a ser “dirigente” (GRAMSCI, 2002, v. 5, p. 62 e 63).

Consoante Gramsci (2002), no caso de o grupo dominante não continuar (por não ter capacidade ou disposição) a ser “dirigente” e prosseguir exercendo o domínio, ocorre uma ditadura sem hegemonia. Um “grupo social” importante nessa análise é o partido político, que Gramsci (2002) afirma ser uma versão moderna do príncipe de Machiavelli (1998) – este que governava através de uma mistura de amor e temor por parte da população.

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização da vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais (GRAMSCI, 2002, v. 3, p. 16).

Além de Machiavelli (1998), Gramsci (2002) refere-se, nos seus escritos, a Lênin (1986), principalmente naquilo que diz respeito a usar o conceito de hegemonia para estabelecer uma ligação entre teoria e seus fins práticos na vida coletiva. Essa “filosofia da práxis” é o que conecta Gramsci a Lênin, no sentido de que o primeiro concede à hegemonia do proletariado (a ditadura do proletariado de Marx e Lênin) valor filosófico, por seu caráter transformador não só das estruturas econômicas, como também da própria “filosofia”, no campo ideológico-cultural (GRUPPI, 1978).

Autores como Wallerstein (1989), Kennedy (1997), Arrighi (1996, 2008) e Arrighi e Silver (2001) expandiram o termo “hegemonia” para falar sobre “hegemonia mundial”. Para Arrighi (1996), seu conceito de hegemonia difere dos demais porquanto um Estado só a deteria quando possuísse a capacidade de governar e liderar, via coerção e consentimento, um sistema de nações soberanas – também

transformaria, de uma certa maneira, o próprio sistema. Tal Estado só teria condições de se tornar mundialmente hegemônico ao mostrar aos demais, com credibilidade, que a sua expansão geraria frutos positivos para todos e/ou que representaria um avanço geral e coletivo dos governantes sobre os indivíduos.

Arrighi (1996) viu como necessária a distinção entre as noções de *anarquia* e *caos* para explicar o surgimento de um Estado mundialmente hegemônico. A *anarquia* significaria ausência de um governo central, como o sistema de governo da Europa medieval e o moderno sistema de nações soberanas que dele surgiu. O *caos* e o *caos sistêmico*, ao contrário, representariam uma situação em que há uma ausência irreparável de organização, com uma escalada de conflitos bélicos.

À medida que aumenta o caos sistêmico, a demanda de “ordem” – a velha ordem, uma nova ordem, qualquer ordem! – tende a se generalizar cada vez mais entre os governantes, os governados, ou ambos. Portanto, qualquer Estado ou grupo de Estados que esteja em condições de atender a essa demanda sistêmica de ordem tem a oportunidade de se tornar mundialmente hegemônico (ARRIGHI, 1996, p. 30).

Presente nas análises de Arrighi (1996) sobre as hegemonias e transições hegemônicas, os ciclos sistêmicos de acumulação (CSA) representariam alternâncias de expansão material com renascimento e expansão financeira. Esses ciclos sistêmicos são inspirados nos ciclos de longa duração de Braudel (1979), com a observação deste teórico de que “todas as grandes expansões comerciais da economia capitalista mundial anunciaram sua ‘maturidade’ ao chegarem ao estágio da expansão financeira” (ARRIGHI, 1996, p. 88).

Arrighi (1996) também fez menção à fórmula de Marx (1996) sobre a produção e distribuição do capital: D-M-D’ (que representa o investimento em produção de mercadorias que gera lucro) e D-D’ (que representa o aumento da acumulação sem a passagem do capital pela esfera da produção). Essa ideia tem a sua vinculação com a proposição de Braudel sobre ciclos econômicos mundiais compostos por expansões materiais e financeiras.

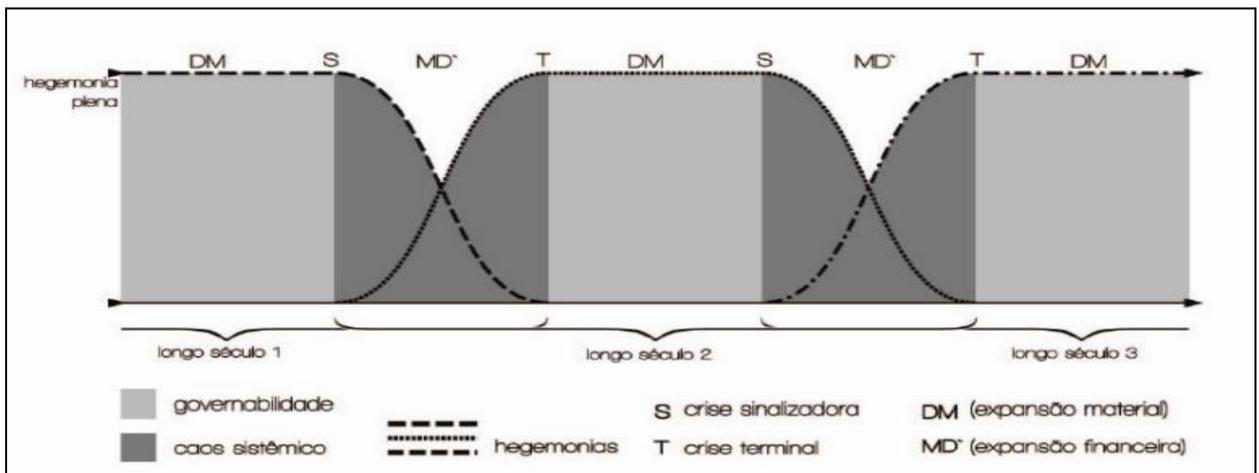
[...] a fórmula geral do capital apresentada por Marx (DMD’) pode ser interpretada como retratando não apenas a lógica dos investimentos capitalistas individuais, mas também um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial. O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases MD’). Nas fases de expansão material, o capital

monetário “coloca em movimento” uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dívidas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário “liberta-se” de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD’). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo *ciclo sistêmico de acumulação* (DMD’) (ARRIGHI, 1996, p. 6).

Braudel (1979) concebeu uma divisão tripartite da história, em uma estrutura de três patamares onde o capitalismo seria a camada superior, acima da economia de mercado (coordenada por preços, oferta e demanda nas trocas) e da “vida material” (economia elementar e autossuficiente). Essa camada superior foi vista por Braudel (1979) como a zona de “antimercado”, lar do capitalismo, onde vigorava a lei da selva entre os grandes predadores na economia mundial. A eclosão e expansão da camada capitalista só foram possíveis a partir da fusão entre Estado e capital, situação na qual os dois seriam indistinguíveis.

Seguindo essa visão na sua abordagem dos CSA e atendo-se à zona do “antimercado”, Arrighi (1996) argumentou que um conjunto de agentes governamentais e empresariais teria liderado as sucessivas expansões e reestruturações da economia capitalista mundial que, via de regra, estariam centradas em um único Estado. Os CSA identificados seriam o ciclo genovês, do século XV ao início do século XVII; um ciclo holandês, do fim do século XVI ao século XVIII; um ciclo britânico, do século XVIII ao século XX; e um ciclo estadunidense, cujo início remonta ao século XIX e se estende até o presente momento. Esses ciclos então, desde a primeira nação mundialmente hegemônica, constituir-se-iam em *longos séculos* para Arrighi, sendo o marco temporal de suas análises.

**Figura 1 – Ciclo de Transições Hegemônicas**



Fonte: Reis e Hendler (2010).

A Figura 1 elucida o papel dos ciclos sistêmicos de acumulação na análise de Arrighi sobre as hegemônias mundiais e as transições hegemônicas. No seu período de governabilidade (hegemonia plena), o Estado hegemônico está em fase de expansão material (representada pelo símbolo DM), liderando o processo de acumulação de capital a nível global. Após uma crise sinalizadora (representada por “S”), a acumulação de capital liderada pelo Estado hegemônico passa a acontecer via expansão financeira (MD’). Ao mesmo tempo, no cenário político, econômico e social, este mesmo Estado vai perdendo a capacidade de “conduzir” as demais nações rumo a avanços que beneficiam a coletividade (período de caos sistêmico).

É importante notar na Figura 1 que, nesse período de caos sistêmico e expansão financeira, um Estado-nação começa a liderar outro ciclo de acumulação de capital via expansão material. Essa expansão prossegue, o Estado hegemônico é ultrapassado em dimensões econômicas pelo novo Estado e, após a crise terminal daquele (representado por “T”), esse Estado assume a liderança (governabilidade) dos demais Estados-nação em termos políticos, econômicos e sociais. Reinicia-se, assim, outro ciclo de transição hegemônica.

Arrighi (1996) também utilizou a fórmula D-M-D’ para explicar a diferença entre as lógicas *territorialistas* e *capitalistas* de poder (como modos opostos de governo), propondo as fórmulas TDT’ e DTD’. Na primeira fórmula, identificada como *territorialismo*, o dinheiro (D) é um meio ou vínculo intermediário face ao objetivo de adquirir territórios adicionais. Na fórmula DTD’, o meio ou vínculo intermediário é o

território (T), face ao objetivo de adquirir-se meios de pagamentos adicionais – essa lógica manifestou-se na origem do moderno sistema de Estados, com o atenuamento da lógica territorialista.

A ascensão da lógica capitalista de poder na Europa, como coloca Arrighi (1996), vai permitir a expansão do poderio dos países europeus a partir das Grandes Navegações do século XVI, dando início a mudanças quanto ao entendimento do acúmulo de riqueza, como foi apontado no primeiro capítulo.

### **3.2 A formação do moderno sistema de Estados**

Ao descrever a origem do moderno sistema interestatal, Arrighi (1996) destacou o papel do subsistema de cidades-Estado italianas (Veneza, Gênova, Florença e Milão) nesse processo. Permeando a relação entre essas prósperas cidades dominantes no comércio entre a Europa e o Oriente, já no século XV, havia características tais como o equilíbrio de poder (com redes de diplomacia) e a presença do governo como gestor do Estado e da guerra, traços existentes nas relações entre os Estados modernos a partir do século XVII.

Dentre essas quatro cidades, Gênova obteve destaque na fase de expansão financeira, ao centralizar o controle de finanças públicas por credores privados, em especial após a criação da instituição financeira *Casa di San Giorgio*, em 1407, para essa função. Apesar do que foi mencionado, nem Gênova nem as outras cidades italianas procuraram transformar o sistema de governo medieval e, também por isso, não poderiam ser consideradas como entes políticos hegemônicos (ARRIGHI, 1996).

O surgimento do primeiro Estado-nação hegemônico remonta à escalada da luta pelo poder e dos conflitos sociais no continente europeu durante os séculos XVI e XVII. Estes foram gerados pelas políticas territorialistas de governos que tentaram conquistar a riqueza das cidades-Estados italianas, tanto pela conquista territorial direta como pela ida à fonte de riqueza dessas cidades, oriunda do comércio (através do Mediterrâneo) com o Oriente.

A Espanha foi quem saiu-se melhor, conseguindo acumular riqueza considerável a partir do século XVI, graças à descoberta da prata nas Américas e de novas rotas até o Oriente. Entretanto, como assinala Arrighi (1996), a Espanha não procurou transformar o sistema medieval, optando pela manutenção do *status quo*.

Isso ocasionou conflitos por parte da Espanha Imperial e do Império dos Habsburgo na Europa Central (associados ao poder da Igreja Católica), frente a novas realidades de poder, o que desencadeou um cenário típico de caos sistêmico. As contendas religiosas e comerciais, sobretudo entre a dinastia francesa dos Bourbon e o Império dos Habsburgo, desembocou na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), que envolveu praticamente toda a Europa continental.

O Tratado de Vestfália, que pôs termo à contenda, reconheceu a independência dos Países-Baixos perante a Espanha e concedeu à França os territórios alemães na Alsácia e Lorena. O Tratado não significou só a vitória dos holandeses e franceses, como deu início ao moderno sistema de Estados, junto com o princípio de que os Estados eram equivalentes perante o direito internacional, sendo soberanos nas suas decisões e ações (BURNS *et al*, 1989). Isso também representou um marco na derrocada das relações feudais na Europa, pelo declínio da influência religiosa na política interna e externa no meio estatal e definição mais exata da posse sobre os territórios de cada nação.

### **3.3 A hegemonia holandesa<sup>1</sup>**

Conforme Arrighi (1996), os Países-Baixos saíram da Guerra dos Trinta Anos como potência hegemônica do moderno sistema-mundo, visto que basearam suas reivindicações no fim da ordem medieval e na criação de um regime interestatal. O novo regime pressupunha soberania estatal e menos restrições ao comércio entre os reinos europeus, colocando os Países-Baixos na condição de líder da coalizão vitoriosa no conflito.

Ademais, a supremacia comercial holandesa, às expensas das cidades italianas e já antes do confronto armado, havia iniciado um novo ciclo sistêmico de acumulação. Segundo Braudel (1987) Amsterdam tornou-se, à época, entreposto mercantil e financeiro da Europa e do mundo. A oligarquia holandesa, embora tenha mantido a lógica capitalista de poder das cidades italianas, expandiu a sua base consideravelmente.

---

<sup>1</sup> No presente trabalho os termos “Províncias Unidas”, “Países Baixos” e “Holanda” serão usados como sinônimos, considerando que na tradução dos escritos de Arrighi a diferenciação adequada não é feita. De qualquer forma, o poder holandês sempre esteve centrado na cidade de Amsterdam, o que justifica o uso aparentemente indiscriminado dos três termos.

O *status* hegemônico dos Países-Baixos, não obstante, foi efêmero. Tão logo a Paz de Vestfália foi selada houve a intensificação da expansão comercial ultramarina das potências coloniais, ancoradas nos ideais mercantilistas. A França e a Grã-Bretanha trataram de minar o poder adquirido pelos holandeses através da disputa pelo controle de rotas marítimas em nível europeu e mundial (ARRIGHI, 1996).

Arrighi *et al* (2001) identificaram três fases na transição entre a hegemonia holandesa e a hegemonia britânica. A primeira delas foi marcada por uma série de conflitos envolvendo as Províncias Unidas, a Grã-Bretanha e a França. Quatro anos após a Paz de Vestfália, ocorreu a Primeira Guerra Anglo-Holandesa (1652-1654), motivada pela iniciativa inglesa, através das Leis de Navegação, de monopolizar o comércio de suas colônias, em detrimento dos holandeses.

Já no término dessa contenda, com a derrota das Províncias Unidas, ficou comprovada a relativa superioridade britânica no mar. Em seguida, houve a Segunda Guerra Anglo-Holandesa (1665-1667), advinda por causa da disputa pelo controle do tráfico de escravos da África Ocidental. Os holandeses não só saíram novamente sobrepujados, como também perderam colônias suas nos Estados Unidos (Nova Iorque, Nova Jersey e Delaware) para os ingleses.

Na Terceira Guerra Anglo-Holandesa (1672-1674) o objetivo de França e Grã-Bretanha, que aliaram-se contra as Províncias Unidas, era circunscrever o transporte marítimo inglês. Como assinalam Arrighi *et al* (2001), o escopo dessas três guerras foi destruir o comércio e a navegação holandesas. A partir de então, holandeses e britânicos uniram-se contra o poderio crescente da França – esta, naquele momento, passou a ser vista como a principal adversária da Grã-Bretanha.

A Guerra dos Nove Anos (1688-1697) foi a prova inicial da parceria anglo-holandesa e significou o seu fortalecimento, já que a França acabou sendo derrotada. No decurso desse embate, dois eventos mereceram destaque para as pretensões de poder da Grã-Bretanha: em 1689, Guilherme III ascendeu ao trono da Inglaterra, Escócia e Irlanda, e em 1694 foi criado o Banco da Inglaterra, primordial para o posterior sucesso comercial, industrial e financeiro de Londres.

A possibilidade de a França e a Espanha estreitarem vínculos mediante o compartilhamento do trono real, no início do século XVIII, deu vazão à Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1713). Foi uma guerra anglo-francesa, embora os ingleses tivessem recebido ajuda das Províncias Unidas; o capital holandês

começava, então, a optar por investimentos na Inglaterra, que mostrava-se mais rentável do que o sistema mercantil (ARRIGHI *et al*, 2001).

O Tratado de Utrecht (1713-1714), impedindo a unificação das coroas espanhola e francesa, favoreceu sobremaneira as intenções expansionistas dos britânicos, ao diminuir o poderio francês na Europa (BURNS *et al*, 1989). Como propuseram Arrighi *et al* (2001), nesse momento a transição hegemônica entre Países-Baixos e Grã-Bretanha entrou em sua segunda fase. O domínio naval inglês era muito superior ao holandês; a Inglaterra conseguira, junto ao Tratado de Methuen com Portugal (1703), abastecer-se de ouro de origem brasileira; ademais o período pacífico, até 1740, inaugurado pelo Tratado de Utrecht, prejudicou ainda mais os holandeses e sua lógica capitalista, para a qual eram necessários confrontos bélicos entre as potências territorialistas.

O sucesso britânico em sobrepujar os holandeses na expansão comercial ultramarina e na expansão industrial interna reduziu a parcela do comércio de entreposto de Amsterdam e o peso econômico relativo da Holanda na economia mundial eurocêntrica (Arrighi *et al*, 2001, p. 60).

A transição hegemônica entrou em sua terceira fase a partir da Guerra de Sucessão Austríaca (1740-1748), motivada por domínio de territórios na Europa, e com o colapso do sistema mundial comercial centrado nas Províncias Unidas. A falta de investimentos rentáveis, fosse no comércio ou na expansão industrial, levou a uma grande liquidez por parte dos holandeses, que começaram a priorizar a acumulação de capital via meios financeiros.

Conforme Arrighi *et al* (2001), o capital holandês foi decisivo para a vitória inglesa na Guerra dos Sete Anos (1756-1763), com esta tendo sido, para Arrighi (1996), responsável por terminar o embate entre França e Inglaterra pela predominância comercial (a título de exemplo, quase dois séculos depois um terço do Banco da Inglaterra ainda provinha do capital das Províncias Unidas).

Apesar disso, a abundância de liquidez nas Províncias Unidas, cujo destino foram empréstimos a governos e especulações financeiras (à medida que multiplicavam-se os clientes), implicou o surgimento de crises financeiras. Na primeira delas, em 1763, o valor dos empréstimos feitos pelos holandeses era quinze vezes maior que o valor da moeda real ou líquida das Províncias Unidas. Na

ocasião, os financistas holandeses tiveram que retirar seus capitais investidos em ações inglesas para sair da situação.

No decorrer da segunda crise, cujo começo foi em 1772 e em razão da falência de um banco inglês, o Banco da Inglaterra recusou-se a descontar papéis holandeses. A razão da mudança de comportamento do governo britânico, como colocam Arrighi *et al* (2001), foi a dispensabilidade cada vez maior que as Províncias Unidas tinham perante à Grã-Bretanha, no sentido de capital necessário para investimentos. A fonte abundante de capital naquele momento era a Índia, que passou a ser “pilhada” pelos ingleses em 1757, com desvio de riqueza cada vez maior do subcontinente indiano para a Inglaterra, fazendo com que a dívida externa inglesa, que tinha os holandeses como principais credores, fosse quitada.

Depois da crise de 1772, Amsterdam deixou de ser também o centro financeiro mundial, dando lugar para Londres assumir esse papel. Apesar do êxito da Revolução Norte-Americana (na qual França, Países-Baixos e Portugal aliaram-se contra a Inglaterra), em 1776, a situação holandesa deteriorou-se ainda mais durante a Quarta Guerra Anglo-Holandesa (1781-1784), que acarretou a quebra do importante banco holandês Wisselbank.

A nova organização do espaço político-econômico mundial, no qual os ingleses preponderaram, teve lastro, conforme Arrighi (1996), em três fatores: colonização direta, escravatura capitalista e nacionalismo econômico. Estes podem ser vinculados igualmente ao processo de aceleração do desenvolvimento tecnológico propiciado pela Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII, a qual foi liderada pela Inglaterra. Além disso, o deslocamento das altas finanças de Amsterdam para Londres denotava o novo ciclo sistêmico de acumulação, centrado na Inglaterra com a expansão de sua riqueza material.

O poder econômico britânico não significava, entretanto, poder hegemônico. A rivalidade anglo-francesa provocou a instauração de outra situação de caos sistêmico. A sua causa maior remonta à chegada de Napoleão Bonaparte ao comando da França, em 1799, e à política imperialista posteriormente adotada por ele, notadamente a tentativa de controle forçado de Espanha (1808) e Rússia (1812), além do bloqueio continental imposto à Grã-Bretanha em 1807 (BURNS *et al*, 1989).

As pretensões bonapartistas na Europa, ao subjugar praticamente todas as nações do Velho Continente e desrespeitar as normas condizentes às soberanias

estatais do Tratado de Vestfália, marcaram o evento propício para legitimar a ascensão inglesa à hegemonia mundial. Liderando uma coalizão de países descontentes com a situação de possível supressão do moderno sistema de Estados, a Inglaterra travou e venceu as Guerras Napoleônicas, findas em 1815 na Batalha de Waterloo. O Tratado de Viena, do mesmo ano, “catapultou” esse Estado à condição de hegemonia mundial (ARRIGHI, 1996).

### 3.4 A hegemonia britânica<sup>2</sup>

O Concerto Europeu no século XIX, como Saraiva (2007) chamou a gestão do equilíbrio de poder da Grã-Bretanha no continente europeu, foi um verdadeiro sistema de equilíbrio de poder. Este, ao contrário do sistema anárquico que prevaleceu durante a hegemonia holandesa no moderno sistema de Estados, foi usado como instrumento informal de dominação britânica (ARRIGHI *et al*, 2001).

O equilíbrio de poder, contudo, não visava só à dominação, mesmo porque sem ser “dirigente”, a Grã-Bretanha não poderia ser hegemônica.

[...] mantendo seu interesse nacional na preservação e consolidação de uma estrutura de poder fragmentada e “equilibrada” na Europa continental, a Grã-Bretanha pôde criar a percepção de que seu poderio mundial esmagador vinha sendo exercido em nome do interesse geral – tanto o interesse de antigos inimigos quanto o de antigos aliados, das novas repúblicas das Américas e das antigas monarquias da Europa (ARRIGHI *et al*, 2001, p. 69).

A hegemonia britânica pautou-se em um interregno longo de paz na Europa, porquanto a Inglaterra não tornou viável qualquer ataque direto a ela de algum país concorrente, o que as Províncias Unidas não tinham conseguido evitar. Além disso, a hegemonia britânica utilizou-se da divisão internacional do trabalho para justificar a abertura de mercados de outras nações aos produtos manufaturados ingleses. Para Arrighi *et al* (2001), enquanto Amsterdam conseguira ser apenas entreposto comercial, Londres foi entreposto comercial e industrial, aumentando as bases da capacidade hegemônica britânica e, consoante Arrighi (1996), unindo as lógicas capitalista e territorialista de poder, ao constituir um verdadeiro império ultramarino.

---

<sup>2</sup> De forma similar à questão da hegemonia holandesa, os termos Inglaterra, Grã-Bretanha e Reino Unido, apesar de remeterem a níveis de governança diferente, serão usados como sinônimos para designar a hegemonia britânica. Isso porque para qualquer um dos três entes políticos, Londres foi a cidade que concentrou a acumulação de capital no ciclo sistêmico inglês.

Corroborando o discurso em prol do livre-comércio, pautado ideologicamente pelas ideias de Smith e Ricardo, a Inglaterra, através da revogação da Lei dos Cereais (1848) e das Leis de Navegação (1849), fomentou a cooperação internacional e promoveu a liberalização do comércio. Conforme Arrighi *et al* (2001), isso barateou o custo de produtos primários no país britânico, facilitando e aumentando a exportação de seus bens manufaturados.

Nesse período, a expansão do comércio mundial aumentou a concorrência e rivalidade intercapitalistas, sobretudo em um setor que despontava então: o setor armamentista. Quando a Rússia tentou invadir o Império Turco Otomano, a Grã-Bretanha e a França uniram-se para frustrarem as intenções russas, dando início à Guerra da Crimeia (1854-1856), na qual as potências ocidentais foram exitosas. Esse conflito deu margem à produção de armamentos em massa, fazendo surgir, na década de 1860, uma verdadeira indústria global de armamentos (ARRIGHI *et al*, 2001).

Para manter a supremacia comercial, industrial e financeira em um contexto de aumento concorrencial, a Grã-Bretanha continuou a valer-se da submissão dos indianos aos seus interesses. A Índia, que antes do século XIX disputava o mercado de têxteis com os britânicos, naquele momento havia sido transformada em produtora de alimentos e matérias-primas para a Inglaterra, enquanto esta exportava seus produtos manufaturados, inclusive têxteis, para o subcontinente indiano.

Somado a isso, “o déficit do balanço de pagamentos que a Índia tinha com a Grã-Bretanha e seu superávit com o resto do mundo permitiram que esta última liquidasse seu déficit em conta corrente com todas as outras nações” (ARRIGHI *et al*, 2001, p. 73). O subordinamento demográfico e fiscal dos indianos perante os ingleses, portanto, foi primordial para os anseios de novos investimentos britânicos no exterior.

Segundo Arrighi (1996), a partir de 1870, a consolidação de potências industriais, como a Alemanha e os Estados Unidos, acirrou ainda mais a competição imperialista por territórios ultramarinos, pondo em xeque a hegemonia britânica no moderno sistema de Estados. Arrighi *et al* (2001) identificaram três fases na transição hegemônica entre a Grã-Bretanha e o Estados Unidos: a) A Grande Depressão de 1873-1896; b) A Primeira Guerra Mundial e; c) A Grande Depressão de 1930.

A Grande Depressão de 1873-1896, que deu início à primeira fase da transição hegemônica entre britânicos e estadunidenses, foi um período de deflação no nível de preços, juros e lucros em escala mundial. O resultado acabou sendo a intensificação da concorrência e rivalidade, já que na época tanto os Estados Unidos quanto a Alemanha (unificada politicamente em 1870) começaram a aproximar-se do poderio econômico da Grã-Bretanha, pondo fim na predominância industrial deste império.

Nos Estados Unidos, o conflito entre os capitalistas industriais e os proprietários de terras levou à Guerra de Secessão (1860-1865), cujo término em favor dos primeiros propiciou a integração dos circuitos produtivos internos e a criação de uma economia nacional (TEIXEIRA, 1999). Conforme Arrighi (1996) na década de 1880, os Estados Unidos tornaram-se a maior economia do mundo, tendo, em comparação com a Inglaterra, riquezas, dimensões e recursos maiores. A atração de mão-de-obra e capital, somados ao espírito de iniciativa presente naquele país, constituía o seu diferencial – que já refletia-se nas Américas, continente no qual os Estados Unidos já tinham supremacia.

Ao declínio da predominância industrial inglesa seguiu-se uma expansão financeira sistêmica puxada pela mesma nação, visto que a sua atividade produtiva não era mais tão rentável (ARRIGHI *et al*, 2001). De 1870 a 1913, a libra esterlina, moeda britânica, serviu como base e câmara de compensação da economia mundial.

Nessa época, as próprias características da economia mundial vinham mudando: ao invés do livre comércio, livre concorrência e exportação de mercadorias, passou a apresentar recrudescimento do protecionismo, formação de monopólios e exportação de capitais como atividades preponderantes (SOUZA, 2009). Esses atributos constituíam uma nova forma do capitalismo, que Lênin (1982) e Hobson (1996) denominaram *imperialismo*.

Imperialismo que, além do industrialismo (intensificação da concorrência), Arrighi *et al* (2001) viram como reações à crise econômica do último quarto do século XIX. Derivado dessas duas reações, industrialismo e imperialismo, o surgimento de complexos industriais militares foi prejudicial ao equilíbrio de poder que a Grã-Bretanha inaugurara após a Paz de Viena. A corrida monopolista que seguiu-se levou a uma “divisão do globo” entre as potências ocidentais, como aquela

do Congresso de Berlim, em 1886, que repartiu o continente africano entre os Estados imperialistas.

A incapacidade da Inglaterra em contornar a escalada das disputas interimperialistas culminou na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), segunda fase da transição hegemônica entre Grã-Bretanha e Estados Unidos. Este conflito, que colocou de um lado a França, a Rússia e a Inglaterra (Tríplice Entente) contra a Alemanha, o Império Austro-Húngaro e a Itália (Tríplice Aliança), foi observado por Arrighi (1996) como luta hegemônica entre Inglaterra e Alemanha. Apesar da vitória da Tríplice Entente, os custos econômicos da Primeira Guerra destruíram as bases da supremacia financeira britânica (ARRIGHI *et al*, 2001).

Ao término do embate, os Estados Unidos, que só entraram no conflito em 1917, ao lado da Entente, saíram fortalecidos por suas terras não terem sido atacadas e por terem concedido auxílios creditícios aos britânicos para os esforços de guerra. Além de terem, desta maneira, saldado suas dívidas com a Grã-Bretanha, os Estados Unidos tornaram-se seus credores. Situação que melhorava ainda mais a posição dos Estados Unidos nas relações econômicas internacionais, visto que este país, conforme Arrighi *et al* (2001), em 1910 tinham 31% das reservas oficiais de ouro do mundo.

Os Estados Unidos já possuíam, então, a supremacia regional no continente americano e a preponderância econômica mundial.

A Primeira Guerra Mundial simplesmente transformou essa supremacia regional em um instrumento de dominação global, a princípio pela redistribuição maciça de recursos da nação hegemônica em declínio para a que estava em ascensão, redistribuição causada pela venda de suprimentos de guerra. O caráter súbito do enriquecimento, contudo, deixou a hegemonia ascendente dependente da capacidade de policiamento da hegemonia em declínio, para garantir a segurança mundial e o investimento lucrativo de seus recursos recém-adquiridos (ARRIGHI *et al*, 2001, p. 88).

Durante as negociações que dariam origem ao Tratado de Versalhes, os quatorze pontos de Woodrow Wilson (então presidente estadunidense) ganharam destaque e seus ideais para a formação da Liga das Nações, voltada para a construção da paz mundial, denotaram uma primeira consciência hegemônica dos Estados Unidos (ARRIGHI, 1996).

Não obstante, os norte-americanos, por pressões políticas internas, não aderiram à Liga das Nações. Parte dessa não-adesão deveu-se ao Tratado de Versalhes ter sido considerado, pelos norte-americanos e por Keynes (2002), então membro da comitiva inglesa nas negociações, demasiado rigoroso nas condições impostas aos derrotados, mormente à Alemanha. As dívidas de guerra que os alemães deveriam pagar eram inviáveis e no decorrer da década de 1920 foram feitos planos para amortizar o débito alemão (SARAIVA, 2007).

Na década de 1920, o declínio econômico dos britânicos continuou. Segundo Arrighi *et al* (2001), nesse mesmo decênio os Estados Unidos respondiam por mais de 40% da produção mundial e de 1924 até 1929 concederam o dobro de empréstimos ao exterior em relação à Grã-Bretanha. Em 1927, porém, já acontecia uma explosão de empréstimos dentro do território norte-americano – o movimento especulativo subsequente levou à quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em outubro de 1929.

A crise gerada pela derrocada do mercado de ações estadunidense deteriorou o processo de cooperação internacional, ao fazer cair a produção econômica dos Estados Unidos e dos outros países do globo. Essa crise de superacumulação, conforme Souza (2009), provocou um declínio brusco nas condições de vida tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, prolongando-se através da Grande Depressão, que arrastar-se-ia por toda a década de 1930.

Havia começado, para Arrighi *et al* (2001), a última fase da transição hegemônica entre Grã-Bretanha e Estados Unidos. Mesmo parecendo paradoxal, Arrighi (1996) argumentou que essa crise foi um ponto de inflexão na derrocada da economia mundial centrada no Reino Unido, dando margem ao ciclo sistêmico de acumulação estadunidense. Isso porque, embora os Estados Unidos tenham sido mais afetados pela crise, a Grã-Bretanha não conseguiu recuperar-se dos efeitos causados pelo declínio do seu poderio econômico-financeiro, principalmente após o rompimento unilateral britânico com o padrão-ouro, em 1931.

No plano político, os efeitos maléficos da crise de 1929 levaram ao desmoronamento da Liga das Nações em favor dos impérios autárquicos, os planos quinquenais da União Soviética e o lançamento do *New Deal* norte-americano. Os dois últimos pontos denotaram, também no plano econômico, uma perda de credibilidade na ideologia neoclássica, uma vez que significavam a consolidação de um regime comunista, no caso da União Soviética, e a necessidade de intervenção

governamental na economia, no caso dos Estados Unidos – visão que se manteria após a Segunda Mundial, seguindo os preceitos keynesianos.

Além disso, houve a emergência dos regimes nacionalistas-totalitaristas no continente europeu, especialmente na Alemanha nazista de Adolf Hitler e na Itália fascista de Benito Mussolini (HOBBSAWM, 1995). O projeto militar-expansionista de Hitler para a Alemanha levou a um novo período de caos sistêmico, no qual a invasão da Polônia pelos nazistas, em 1939, foi o estopim da Segunda Guerra Mundial (ARRIGHI, 1996).

Após a entrada dos Estados Unidos nesse conflito, no final de 1941, e o ataque alemão à União Soviética, em meados desse ano, a parceria entre Estados Unidos, União Soviética e Inglaterra começou a moldar o surgimento de uma nova ordem internacional. À medida que a Alemanha perdeu força, a partir de 1942, as tratativas entre os três países aliados aceleraram-se. Em 1945, com a derrota alemã e a visível perda de preponderância econômica da Inglaterra, os Estados Unidos ganharam um novo relevo no sistema internacional (SARAIVA, 2007).

#### **4 A HEGEMONIA MUNDIAL DOS ESTADOS UNIDOS, A FINANCEIRIZAÇÃO GLOBAL E A CRISE DE 2008**

Ao final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos emergiram como a potência ocidental mais poderosa. Detinham, em 1948, 55,8% da produção industrial e 23,8% das exportações dos países capitalistas, enquanto que, no fluxo de investimentos diretos no exterior, alcançavam a alta taxa de 60% (SOUZA, 2009).

Estava consolidado, de certa forma, o quarto ciclo sistêmico de acumulação, centrado nos Estados Unidos. Arrighi (1996) faz uma analogia quanto à característica desse ciclo em relação aos ciclos liderados pelos Países Baixos e pela Inglaterra. Enquanto o ciclo dos Países-Baixos fora caracterizado pela internalização dos custos de proteção (uma vez que os holandeses estabeleceram sua hegemonia lucrando com conflitos armados), e o ciclo da Inglaterra deu-se pela internalização dos custos de produção (fruto da expansão do império ultramarino), o ciclo estadunidense teve como singularidade a internalização dos custos de transação.

Como coloca Arrighi (1996), essa ideia teve origem no trabalho pioneiro de Coase (1937) sobre os custos de transação. A capacidade de internalizar os custos de transação foi uma mudança organizacional que teve início com as empresas ferroviárias nos Estados Unidos, por meio da integração produtiva de todo o território estadunidense. A economia norte-americana seria, portanto, uma economia não de “tamanho”, mas sim de “velocidade”.

Em termos políticos, com a vitória dos Aliados (liderados pelos Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética) em 1945, o governo de Franklin Roosevelt, estadista norte-americano de então, liderou as tratativas para a criação da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo Arrighi (1996), a ONU tinha como princípios, dentre outros, a autodeterminação dos povos, o apelo à paz e a ideia de igualdade.

O uso de instituições multilaterais foi a maneira através da qual os Estados Unidos procuraram consolidar a sua hegemonia no imediato pós-guerra. Duas organizações foram criadas para reger o sistema financeiro mundial, originadas nos acordos de Bretton Woods (1944): o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial – ambas administradas pelos Estados Unidos (ARRIGHI, 1996). O dólar, moeda estadunidense, seria referência internacional, possuiria livre conversibilidade em ouro e teria paridade em relação a esse metal precioso (SOUZA, 2009).

No entender de Souza (2009), o dólar apenas conseguiu assumir esse papel pois, com tecnologia mais avançada, os Estados Unidos tinham maior competitividade no mercado internacional, o que permitia a geração de superávits nas suas contas externas, formando, dessa maneira, reservas em ouro e obrigações de outros Estados. Eram tais reservas que propiciavam a paridade e a livre-conversibilidade do dólar.

Ademais, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), fundado em 1947, baseado em normas para regular e fomentar os movimentos mercantis entre os Estados, ensejou às empresas transnacionais norte-americanas a possibilidade de expandirem suas atividades em outros países.

No contexto do conflito ideológico da Guerra Fria, a divisão dual do globo entre o sistema capitalista, encabeçado pelos Estados Unidos, e o sistema comunista, liderado pela União Soviética, se intensificou a partir da Doutrina Truman (1948), que pregava a contenção do expansionismo soviético. Isso proporcionou aos Estados Unidos a legitimidade necessária para justificar sua hegemonia mundial no ocidente (SARAIVA, 2007). Ademais, tanto os Estados Unidos quanto a Europa Ocidental, em termos econômicos e sociais, voltaram-se para as políticas keynesinas de intervenção estatal na economia e políticas de pleno emprego.

Tal como o Reino Unido no início do século XIX, os Estados Unidos tornaram-se hegemônicos, primeiramente, por conduzir o sistema interestatal à restauração dos princípios, normas e regras do Sistema de Vestfália; depois, passaram a governar e a reformular o sistema que haviam restabelecido. Mais uma vez, essa capacidade de reformular o sistema interestatal baseou-se numa percepção, difundida entre governantes e cidadãos do sistema, de que os interesses nacionais dos Estados hegemônicos incorporavam um interesse geral (ARRIGHI, 1996, p. 65).

Um dos mecanismos vitais para conter a expansão da União Soviética foi o Plano Marshall, programa estadunidense de auxílio à reestruturação econômica da Europa (devastada pela guerra), para o qual foram destinados 13 bilhões de dólares, tendo abrangido 16 países. Os maiores beneficiados pelo plano foram, respectivamente, a Grã-Bretanha, a França, a Itália e a Alemanha Ocidental. A Europa Ocidental, em 1950, chegou a 25% de sua produção antes da guerra – em 1952 esse montante chegou a 200% (MAGNOLI, 2004).

O Japão também foi contemplado nos planos de ajuda dos Estados Unidos, o que permitiu ao país nipônico uma reconstrução rápida e efetiva. Entretanto, “ao

contrário da Europa, a trajetória da reconstrução japonesa realizou-se à margem de fluxos de ajuda financeira dos Estados Unidos” (MAGNOLI, 2004, p. 257). Essa consolidação econômica foi ancorada pela burocracia estatal, pela captação de poupança e por um estímulo agressivo às exportações, com desvalorizações frequentes de sua moeda, o iene.

Segundo Souza (2009), a reestruturação japonesa deu-se com base em tecnologia mais moderna do que a dos países centrais – isso em grande parte pelos Estados Unidos ter aniquilado a indústria japonesa entre 1944 e 1946. Com notáveis aumentos de produtividade, as empresas japonesas tornaram-se líderes de setores importantes da economia mundial como o setor automobilístico, eletrônico e de bens de capital. Como coloca Coggiola (2012), a média de crescimento do PIB do Japão, entre 1950 e 1973, foi de 9,29%.

A atitude do governo norte-americano, então, acabou se voltando contra o seu poderio econômico global. A recuperação do Japão e das nações europeias, em especial a da então Alemanha Ocidental, criou um cenário de maior competição intercapitalista. Os Estados Unidos, como coloca Hobsbawm (1995), cresceram menos do que qualquer país desenvolvido nas duas décadas seguintes à guerra. Além disso, o país estadunidense também se viu em uma situação desfavorável por começar a contrair crescentes déficits comerciais e pela diminuição das suas reservas de ouro, que foram de 43% em 1953 para 8,3% em 1970 (SOUZA, 2009).

#### **4.1 O início do declínio hegemônico dos Estados Unidos**

Em termos de hegemonia no sentido gramsciano, a Guerra do Vietnã (1965-1975) foi o evento sinalizador da crise de liderança moral e intelectual dos Estados Unidos no sistema internacional. Além dos enormes gastos orçamentais realizados durante o período bélico, a retirada das tropas norte-americanas do território vietcongue, sem a “vitória ianque”, causou um enorme impacto na capacidade dos Estados Unidos de “guiar” o conjunto de nações ocidentais (ARRIGHI, 2008).

Outro evento crítico para a legitimidade da liderança estadunidense foi a crise econômica inaugurada na década de 1970, com a queda geral da lucratividade e produtividade no sistema capitalista e com o rompimento dos acordos de Bretton Woods por parte dos norte-americanos, em 1971. Daquele momento em diante, o sistema de paridades fixas entre as moedas nacionais e o dólar norte-americano, e

entre este e o ouro, foi abandonado (ARRIGHI, 1996). Em 1973, os Estados Unidos abandonaram o câmbio fixo e deixaram o dólar flutuar, desvalorizando sua moeda em 10% (BRAGA; CINTRA, 2004).

Como denotam Arrighi (1996), Hobsbawm (1995) e Souza (2009), o período entre o final da década de 1960 e começo do decênio de 1970 vivenciou quedas de produtividade e lucratividade nas principais economias capitalistas. Essa crise estrutural do capitalismo, como foi chamada por Souza (2009), colocou em xeque não só o *status* hegemônico dos Estados Unidos, como também o próprio funcionamento do modo de produção capitalista. Além disso, essa crise poderia estar representando o declínio da expansão da riqueza material dos Estados Unidos para dar lugar à expansão da riqueza financeira, pondo o ciclo sistêmico norte-americano em xeque (ARRIGHI, 1996).

Os anos 1970 foram turbulentos para as relações econômicas internacionais. Após o rompimento da paridade ouro-dólar, outros problemas vieram à tona. Alguns países em desenvolvimento, que vinham contestando a lógica da Guerra Fria desde o *Movimento dos Não-Alinhados*, na Conferência de Bandung, em 1955, iniciaram um ciclo de aumento no preço das matérias-primas (*commodities* minerais e agrícolas) exportadas para os países desenvolvidos (SOUZA, 2009). Esse aumento continuou e ganhou força no início da década de 1970, o que, somado à pressão de alta dos salários dos trabalhadores da Europa e dos Estados Unidos, agravou a situação da economia desses lugares, gerando oscilação no crescimento e tendências inflacionárias.

O cenário piorou quando a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em retaliação à ajuda dos Estados Unidos a Israel na Guerra do Yom Kippur, elevou substancialmente o preço do barril de petróleo exportado, em 1973. Isso acentuou a crise nos países desenvolvidos e limitou o crescimento de países em desenvolvimento dependentes do petróleo importado, dando margem à recessão de 1974/1975 – a maior e mais longa desde a Segunda Guerra até então. Essa recessão veio acompanhada de inflação em grande parte dos países (inclusive nos Estados Unidos), fenômeno que ficou conhecido como estagflação.

Pode-se concluir, portanto, que entre fins dos anos 1960 e começo dos de 1970 corresponde ao período em que ocorrem os principais acontecimentos que começaram a abalar a hegemonia dos EUA no mundo: ressurgem os conflitos econômicos entre as grandes potências do bloco capitalista, inicia a desaceleração da economia mundial, rompem-se os acordos de Bretton

Woods, travam-se importantes lutas sociais e políticas em todas as partes do mundo, os EUA são derrotados no Vietnã e a Opep começa a recuperação dos preços do petróleo (SOUZA, 2009, p. 73).

Esse novo contexto político, econômico e social mudou, então, as próprias bases da hegemonia estadunidense.

#### **4.2 Reações dos Estados Unidos ao declínio hegemônico: neoliberalismo e financeirização da economia**

Contra a crise de lucratividade e de produtividade e o declínio relativo da hegemonia estadunidense durante a década de 1960 e, sobretudo, 1970, o presidente eleito dos Estados Unidos, Ronald Reagan (1981-1989), optou por uma política de confronto para retomar o poderio mundial político-econômico de seu país.

Para tal, Reagan (i) foi de encontro às pretensões de autonomia e desenvolvimento das nações subdesenvolvidas, em especial daquelas da América Latina e das que pertenciam à OPEP, encabeçada pela Arábia Saudita; (ii) retomou e intensificou a corrida armamentista com a União Soviética; (iii) tratou de minar o poder dos trabalhadores estadunidenses; e (iv) buscou, em parceria com Japão e Alemanha, a liberalização do comércio internacional (SOUZA, 2009).

Quanto aos dois últimos pontos, a consolidação e disseminação da doutrina econômica do neoliberalismo através do ramo acadêmico deu margem à justificativa para as ações adotadas nos Estados Unidos e na Inglaterra de Margaret Thatcher (1979-1990). Eles recebiam cortes de gastos sociais do governo e exigiam menos protecionismo comercial por parte das outras nações. A crença neoliberal no livre mercado irrestrito, em detrimento das ideias keynesianas, foi vista como única alternativa oferecida em meio à regressão econômica da década de 1970. Em síntese, o neoliberalismo pregava a ausência do Estado nas atividades econômicas, com poucas exceções.

O economista norte-americano Milton Friedman foi um dos teóricos mais renomados da chamada Escola Neoliberal, tendo obtido o Prêmio Nobel de Economia nos anos 1970 (HOBBSAWM, 1995). Friedman (1977) era sumariamente contra qualquer tipo de intervenção do Estado nas atividades econômicas (ao contrário do que apregoava Keynes), retornando ao argumento de Smith de que os mercados eram autorregulados, não havendo necessidade de interferências

externas, que seriam elementos de distorção na eficiência produtiva. Somente assim o capitalismo poderia desenvolver-se plenamente, com a garantia das liberdades individuais e da propriedade privada.

A batalha entre keynesianos e neoliberais não era nem um confronto puramente técnico entre economistas profissionais, nem uma busca de caminhos para tratar de novos e perturbadores problemas econômicos. [...] Era uma guerra de ideologias incompatíveis. Os dois lados apresentavam argumentos econômicos. Os keynesianos afirmavam que altos salários, pleno emprego e o Estado de Bem-Estar haviam criado a demanda de consumo que alimentara a expansão, e que bombear mais demanda na economia era a melhor maneira de lidar com depressões econômicas. Os neoliberais afirmavam que a economia e a política da Era de Ouro impediam o controle da inflação e o corte de custos tanto no governo quanto nas empresas privadas, assim permitindo que os lucros, verdadeiro motor do crescimento econômico numa economia capitalista, aumentassem. De qualquer modo, afirmavam, a “mão oculta” smithiana do livre mercado tinha de produzir o maior crescimento da “Riqueza das Nações” e a melhor distribuição de riqueza e renda dentro dela; uma afirmação que os keynesianos negavam. Contudo, a economia nos dois casos racionalizava um compromisso ideológico uma visão *a priori* da sociedade humana (HOBSBAWM, 1995, p. 399).

A vitória ideológica do neoliberalismo, centrado nos Estados Unidos, permitiu a este país recuperar a sua economia, mas não via meios produtivos. Como colocam Arrighi (2008) e Tavares (1985), a base da retomada da hegemonia norte-americana era financeira. Ela ocorreu por meio do aumento da taxa de juros e valorização da moeda norte-americana, quando os Estados Unidos passaram de fonte de liquidez para absorvedor de liquidez e devedor mundial, na década de 1980 (SOUZA, 2009).

A taxa de juros do *Federal Reserve* (FED), que representava 7,9% em 1970, pulou de 9,1% em 1978 para 18,9% em 1981. Conforme Souza (2009), o objetivo desse reajuste nos juros era triplo: (i) controlar o processo inflacionário em curso; (ii) elevar os ganhos no mercado internacional, sobretudo junto aos países desenvolvidos, dos bancos estadunidenses que haviam contraído volumosos empréstimos no período anterior, no intuito que os recursos então gerados fossem aplicados na própria economia estadunidense; e (iii) ter maior atração sobre capitais excedentes do resto do mundo, principalmente da Europa e do Japão.

O objetivo estratégico dessa alta nos juros, conforme Souza (2009), Belluzo (1999) e Tavares e Beluzzo (2004), era que os Estados Unidos retomassem a sua supremacia em termos de política monetária e cambial, forçando a revalorização do dólar – a “diplomacia do dólar forte”, segundo Coelho (2011). A curto prazo,

entretanto, essa subida nos juros desestimulou ainda mais a produção econômica e as exportações dos Estados Unidos, que foi à recessão e levou consigo uma boa parte do globo, ocasionando nova recessão mundial, que foi de 1980 até 1983.

Como parte de seu projeto para retomar o poderio norte-americano, Reagan, apesar do discurso alinhado aos neoliberais, utilizou-se da intervenção do Estado para fomentar a indústria bélica, cortando gastos sociais. Os vultosos gastos necessários para modernizar a defesa estadunidense, somados à redução de impostos realizada (para as famílias mais ricas e às grandes corporações), pressionaram a política fiscal, levando-a a apresentar déficit. Esse déficit público juntou-se ao déficit comercial (que já ocorria desde o início dos anos 1970), formando o que foi designado de “déficit gêmeo” (SOUZA, 2009).

No processo de financiamento desses déficits ocorreram dois processos:

1. os superávits comerciais que a Europa e o Japão obtinham em suas relações comerciais com os Estados Unidos passaram, crescentemente, a demandar o mercado desse país em busca de maior rentabilidade, investindo-se prioritariamente na compra de bônus do Tesouro. Esse processo levou a que os EUA, pela primeira vez, se convertessem em devedores líquidos, assumindo o primeiro lugar do mundo já em meados dos anos 1980;
2. os países devedores do Terceiro Mundo, que, em 1982, às vésperas da crise da dívida anunciada pela moratória mexicana, já deviam aos banqueiros dos países centrais US\$ 626 bilhões, foram obrigados a pagar juros cada vez maiores (SOUZA, 2009, p. 97).

O aumento da dívida pública estadunidense serviu para o financiamento da política armamentista contra a União Soviética e a atração de capitais externos para sua economia limitava-se à aplicação destes para a especulação financeira, totalmente fora da esfera da produção.

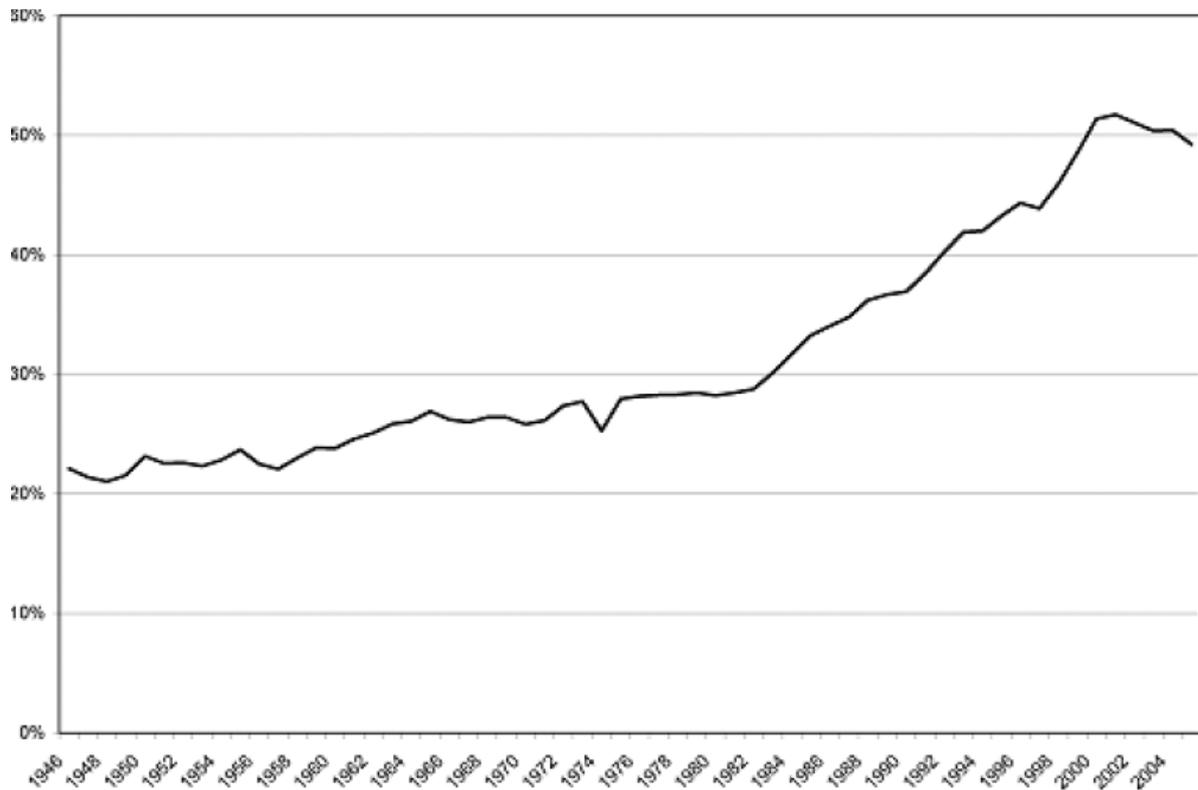
Inicialmente, os capitais que os EUA absorviam do mundo serviam para financiar os investimentos públicos na área militar (isto é, se esterilizavam num tipo de produção usado para destruir), mas, de certo ponto em diante, tomava-se dinheiro emprestado apenas para pagar os empréstimos que iam se vencendo, fazendo a dívida pública e externa estadunidense crescer em bola de neve e os capitais se distanciarem cada vez mais do processo produtivo (isto é passaram a se esterilizar fora da produção) (SOUZA, 2009, p. 106).

Levando-se em consideração Milan (2012a), sobre o processo de financeirização pode-se dizer que: a) houve o crescimento dos ativos financeiros das corporações não-financeiras por meio de subsidiárias; b) pôde haver acumulação de

ativos financeiros no próprio balanço patrimonial das empresas; e c) outra característica foi a formação de grandes conglomerados financeiros, cuja concentração e centralização de recursos permitiram influenciar fluxos e preços financeiros no mundo inteiro.

O Gráfico 1 ilustra o aumento da importância do setor financeiro para as empresas estadunidenses, aumento que acelerou-se a partir da década de 1980 e atingiu seu pico no início dos anos 2000, quando os ativos financeiros das corporações não financeiras chegaram a mais de 50%.

**Gráfico 1 – Ativos financeiros como proporção dos ativos totais das corporações não financeiras**



Fonte: Milan (2012a).

Paralelamente à estratégia da alta dos juros, Reagan também valeu-se da desvalorização do dólar, em 1985 com o Acordo de Plaza e em 1987 com o Acordo de Louvre (ambas via reuniões do G-7), para dar maior competitividade às exportações norte-americanas. Essa política foi de encontro aos interesses de alemães e japoneses, que reagiram a ela. A Alemanha tratou de acelerar o processo

de unificação econômica europeia sob sua liderança, enquanto o Japão repatriou uma quantidade considerável de capital aplicado nos Estados Unidos, levando a um *crash* na Bolsa de Nova Iorque em 1987 – só mitigado graças a uma forte intervenção do governo norte-americano (SOUZA, 2009).

O Japão tomou medidas adicionais, como, à guisa de compensação aos interesses das empresas exportadoras, adotar uma política monetária expansionista, com diminuição da taxa de juros interna. No viés estratégico, os interesses japoneses começaram a ser redirecionados para a Ásia, em busca da promoção de suas exportações na região. Dois fatores dificultaram o êxito dessas medidas: a China despontava com taxas de crescimento de 10% ao ano, ganhando mercados do Japão inclusive nos Estados Unidos; ademais, a expansão da base monetária japonesa culminou no estouro de uma bolha especulativa (principalmente no setor imobiliário), colocando o Estado japonês em recessão longa e persistente.

Para os países da América Latina, com poucas exceções, os anos 1980 ficaram conhecidos como a “década perdida” (BIELSCHOWSKY, 2000). A crise da dívida no início dos anos 1980 (oriunda do aumento dos juros feito pelos Estados Unidos) logo tornou-se crise econômica, com baixo crescimento e inflação acelerada. Com o intuito de instruir os governantes latino-americanos a uma melhor gestão da economia, o FMI, juntamente com o governo norte-americano e o Banco Mundial, elaborou, em 1989, um documento posteriormente alcunhado de “Consenso de Washington”. Os pontos desse documento foram sintetizados por Souza (2009) em quatro eixos principais: abertura econômica (menor protecionismo), desestatização (privatizações), desregulamentação financeira (para o livre fluxo de capitais internacionais) e a flexibilização das relações de trabalho (menores direitos trabalhistas e previdenciários).

Já a União Soviética, durante a década de 1980, não conseguiu resistir à intensificação da disputa de poder econômico levada a cabo por Reagan através dos gastos com defesa via meios financeiros. A derrocada da União Soviética, em 1991, aparentemente mostrou a preponderância do modelo estadunidense baseado no capitalismo. O que pode ser visto como um interregno de unipolaridade internacional dos Estados Unidos, no decênio de 1990, mostrou-se turbulento à medida que conflitos regionais proliferaram, com destaque para a Guerra do Golfo, a Guerra do Kosovo e os conflitos na Somália (SARAIVA, 2007).

Ademais, a tendência à financeirização da economia mundial se manteve na década de 1990, mesmo com a derrocada da União Soviética e com o êxito das nações desenvolvidas em desestruturar as medidas protecionistas usadas pelas nações do chamado Terceiro Mundo. O acirramento da interligação econômico-político-social dos mercados de praticamente todos os países ficou conhecido por globalização. Stiglitz (2002) definiu esse fenômeno como o estreitamento da integração internacional, provocado pela redução de custos de transporte e comunicações, com o aumento considerável no fluxo de produtos, serviços, capitais e conhecimento através das fronteiras.

Embora os arautos da globalização prometessem um futuro próspero para todas as nações, através da cooperação e ganhos advindos com a abertura dos mercados, o que aconteceu foi a criação de um ambiente propício para sucessivas crises financeiras ainda na década de 1990. A volatilidade financeira em escala mundial implicou crises como a do México (1994/1995), Sudeste Asiático (1997), Rússia (1998) e Brasil (1999), provocadas pela voracidade dos capitais especulativos (SOUZA, 2009).

A primeira dessas crises, a do México, ocorreu após o governo mexicano, no final de 1994, desvalorizar o peso mexicano perante o dólar. Ao fazer isso, os investidores financeiros começaram a retirar seu dinheiro alocado no país, fazendo com que o governo tentasse segurar os recursos vendendo títulos do governo indexados em dólar. O resultado foi mais fuga de capital e deterioração das reservas internacionais mexicanas.

A crise financeira do governo logo transbordou para o setor privado. Em 1995, o PIB real do México caiu 7%, a produção industrial, 15%; muito pior que qualquer coisa experimentada pelos Estados Unidos desde a década de 1930 – na verdade, bem mais grave que a queda na atividade econômica subsequente à crise da dívida de 1982. Milhares de empresas faliram; centenas de milhares de trabalhadores perderam o emprego (KRUGMAN, 2009, p. 49).

Como o México já fazia parte da Associação de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA), os Estados Unidos viram-se obrigados a ajudar o país vizinho, auxiliando-o, juntamente com o FMI e Banco Mundial, através de um pacote de US\$ 50 bilhões. Isso possibilitou que o governo mexicano pudesse pagar suas dívidas de curto prazo e recompor uma fração de suas reservas (SOUZA, 2009).

A próxima crise sobreveio por motivo semelhante. A Tailândia, umas das prósperas economias do Sudeste Asiático a partir da década de 1980, adotava uma taxa de câmbio fixa, com sua moeda, o *baht*, relativamente desvalorizada em relação ao dólar. Com a desaceleração da economia japonesa, nos anos 1990, economias como a da Tailândia passaram a depender mais da entrada de capital externo para suprir as importações feitas. Como o fluxo de capital para este país arrefecera, e o governo tailandês decidiu não desvalorizar a moeda, a situação chegou num ponto (mais saída de recursos) que teve que ser feita a flutuação do *baht*, em 2 de julho de 1997. Como resultado, a moeda logo desvalorizou-se em cerca de 50%, obrigando o governo a elevar as taxas de juros para manter os capitais externos em seu país, desestimulando as atividades produtivas (KRUGMAN, 2009).

Como explica Krugman (2009), a crise foi autorreforçável, isto é, os investidores financeiros viam a Ásia como uma coisa só, passando a retirar seus recursos de outros países, como a Indonésia, Malásia e Coreia do Sul. A Malásia, segundo Souza (2009) foi o único dentre os países afetados por essa crise a recusar-se a adotar o receituário do FMI para ter direito à ajuda financeira da organização, centralizando o câmbio e tomando outras medidas para conter os capitais especulativos. Os outros países afetados pela crise no Sudeste Asiático receberam um empréstimo que atingiu um montante de US\$ 100 bilhões.

No ano seguinte, 1998, foi a vez da Rússia. Este país vinha enfrentando dificuldades para equilibrar o balanço de pagamentos, visto que grande parte do que era consumido internamente passou a ser importado após a fragmentação da União Soviética. Ao ter-se a possibilidade de a Rússia não pagar suas dívidas externas, em especial aquelas de curto prazo, houve retirada maciça de dólares, obrigando o governo russo a deixar a sua moeda, o rublo, flutuar, e elevar as taxas de juros, buscando manter os capitais externos nesse país. Mesmo tendo encontrado ajuda do FMI, o resultado foi o acentuamento de uma crise econômica, política e social em curso na Rússia à época (SOUZA, 2009).

O Brasil passou por crise cambial semelhante, em 1999. Dependendo do dólar valorizado para manter a estabilidade de preços advinda do Plano Real, o governo brasileiro obrigou-se, pela pressão dos capitais especulativos, a soltar o câmbio, mudando o regime de câmbio para o regime flexível. A desvalorização da moeda brasileira, com a subsequente fuga de capitais, obrigou o Brasil a pedir

auxílio ao FMI, conseguindo um empréstimo de US\$ 52 bilhões de dólares para manter a estabilidade macroeconômica (GREMAUD *et al*, 2011).

No âmbito interno dos Estados Unidos, líder do processo globalizatório, já era perceptível, segundo Thurow (1997), uma desigualdade social sem precedentes. O acirramento dessa desigualdade pode ser observado a partir da década de 1970, quando a inflação diminuiu uma parte da renda de muitos estadunidenses, e quando houve a perda de poder dos sindicatos, no processo de *downsizing* (demissão de trabalhadores, cujos novos empregos ofereciam salários menores) e na terceirização do trabalho. Mesmo com o bom crescimento do PIB dos Estados Unidos, esse aumento na concentração da renda poderia ser visto como mal augúrio para a virada do milênio.

O clima, porém, era de otimismo. No período da administração de Bill Clinton (1993-2000), o crescimento norte-americano foi seguido de um aumento no consumo das famílias, além de ter-se conseguido superar o déficit fiscal e mitigar a dívida externa. As críticas de Souza (2009) contra esses argumentos residem do endividamento das famílias nos anos 1990, com elevação dos níveis de inadimplência; apesar de os Estados Unidos terem obtido êxito em alcançar o superávit fiscal, esse resultado era atingindo em partes com a ajuda de capitais externos, levando sua dívida interna ao vultoso valor de 5,6 trilhões de dólares.

No que tange ao mercado financeiro norte-americano, uma colocação pertinente de Souza (2009) é de que os capitais externos que deixavam as economias em crise na década de 1990 (as crises foram na maioria das vezes causadas pela própria fuga de capitais) refugiavam-se nos Estados Unidos. A especulação em *Wall Street* ganhou força no final do mesmo decênio, fazendo com que as ações de empresas voltadas ao setor de alta tecnologia (como o setor da computação e internet) valorizassem artificialmente. O índice *Nasdaq*<sup>3</sup>, que mede o valor das ações das empresas desse ramo, chegou a subir 70% do final de 1999 até março de 2000. Tal aumento exacerbado no preço das ações ficou conhecido como a *bolha da informática* ou *bolha pontocom*.

A intensidade das atividades especulativas chegou a ser classificada pelo próprio presidente do FED à época, Alan Greenspan, como “exuberância irracional”

---

<sup>3</sup> Sigla para *National Association of Securities Dealers Automated Quotation System* (Associação Nacional do Sistema de Cotação Automatizado de Negociantes de Valores Mobiliários – tradução livre) (HAMILTON, 1978).

(SERRANO, 2004). Quando o FED iniciou um novo ciclo de alta de juros, para atrair capitais e financiar seus déficits externos, houve o estouro da bolha especulativa e o índice *Nasdaq* entrou em forte queda – 62% nos 12 meses seguintes. Ao preferirem os títulos do tesouro americano, mais rentáveis com a alta dos juros, os investidores financeiros levaram à pulverização de uma riqueza no valor de US\$ 5 trilhões (SOUZA, 2009).

#### **4.3 A (in)capacidade hegemônica dos Estados Unidos e a aceleração da financeirização da economia mundial**

No plano hegemônico, o início do novo milênio deu seguimento às tendências de despolarização do poder estadunidense. Os ataques às Torres Gêmeas do *World Trade Center*, em 11 de setembro de 2001, constituíram-se em um momento dramático para a história dos Estados Unidos. Para Wallerstein (2004), foi o início do declínio hegemônico desse país em um mundo caótico. Os Estados Unidos responderam com uma declaração de guerra ao terrorismo, invadindo o Afeganistão à caça de Osama Bin-Laden, chefe da organização terrorista Al-Qaeda, tomada como culpada pelos atentados. Ainda usando a guerra contra o terror como justificativa ideológica, os Estados Unidos invadiram também o Iraque, por suspeitas de que este país fabricava armas de destruição em massa.

O fracasso do que ficou conhecido como *Projeto para o Novo Século Norte-Americano* do governo de George W. Bush (2001-2009), sobretudo no tocante à Guerra do Iraque, iniciada em 2003 sem o aval do Conselho de Segurança da ONU, ajudou a colocar novo ponto de interrogação sobre a capacidade hegemônica dos Estados Unidos (ARRIGHI, 2008). Como a maior potência econômica e militar do mundo não conseguia obter êxito em um conflito contra um singelo país, que nem ao menos possuía um auxílio similar àquele dado aos vietcongues pela União Soviética na Guerra do Vietnã?

Para piorar a situação, essas intervenções militares foram financiadas em sua maior parte através do aumento da dívida pública estadunidense. George Bush, ao assumir seu mandato no início de 2001 (antes dos atentados de 11/09) já apresentara seu plano econômico à Greenspan, consistindo basicamente de um corte de impostos de US\$1,3 trilhões e um aumento de US\$5 bilhões nos gastos públicos, principalmente no setor militar.

A política de corte de impostos e investimento na área militar dera razoavelmente certo no governo de Reagan, mas como afirmou Souza (2009), o contexto para a adoção dessas medidas era bem diferente. Isso devia-se mormente ao fato de na década de 1980 a dívida estadunidense ser inexpressiva, enquanto Bush já iniciava seu mandato com uma situação de alta dívida pública, do setor privado e das famílias.

O novo ponto de interrogação sobre a capacidade hegemônica dos Estados Unidos aconteceu em meio ao aprofundamento da desregulamentação financeira levada à cabo por republicanos e democratas. Com o neoliberalismo ainda sendo utilizado como justificativa ideológica, o setor financeiro foi sendo claramente desconectado da economia real.

Como denotam Krugman (2009), Souza (2009) e Coggiola (2012), em vez de conter as especulações e evitar o surgimento de novas bolhas financeiras, o governo Bush apenas transferiu o foco especulativo para o setor imobiliário. Já em 2001, em uma tentativa de reativar a economia, o *Federal Reserve* voltou a baixar a taxa de juros, favorecendo a expansão do crédito e o endividamento familiar.

Visto que o foco do endividamento passara a ser por meio da aquisição de imóveis através de hipotecas, constatou-se que a expansão da dívida hipotecária foi de 27,3% anuais entre 2001 e 2004, contra a média de 3,8% ao ano entre 1997 e 2000. Após ter atingido as classes de renda mais elevada, que aparentemente teriam condições de saldar suas dívidas, os bancos começaram a voltar-se para o mercado daqueles que não tinham nenhuma garantia para receber o imóvel, a não ser o próprio imóvel hipotecado: os clientes *subprime* (clientes de alto risco).

Souza (2009) elencou duas razões para que os bancos se dispusessem a emprestar dinheiro para os clientes sem condições de endividar-se:

1. recebiam seus imóveis como garantia e podiam, portanto, no caso de inadimplência, incorporá-los a seu patrimônio;
2. emitiam títulos (derivativos) com base nas hipotecas e os vendiam a terceiros, ganhando rios de dinheiro na especulação financeira (SOUZA, 2009, p. 238).

Milan (2012a) especificou os derivativos envolvidos na evolução da especulação imobiliária, centrados nas permutas de risco de crédito e nas obrigações colateralizadas. Conforme o autor, os chamados *Credit Default Swaps* (CDS, operações de permuta de crédito) criaram um novo nível de especulação na

economia, ao permitirem a elevação exponencial de tomada de riscos, cujo sistema não teria capacidade de absorver. No caso dos empréstimos hipotecários, este instrumento possibilitou especular-se sobre a capacidade de os devedores pagarem suas obrigações. Em outras palavras, podia-se “apostar” contra possibilidades de não-pagamento, como forma de proteção. O mercado de CDS, que representava US\$ 631 bilhões em 2001, passou a representar US\$ 62 trilhões no segundo semestre de 2007.

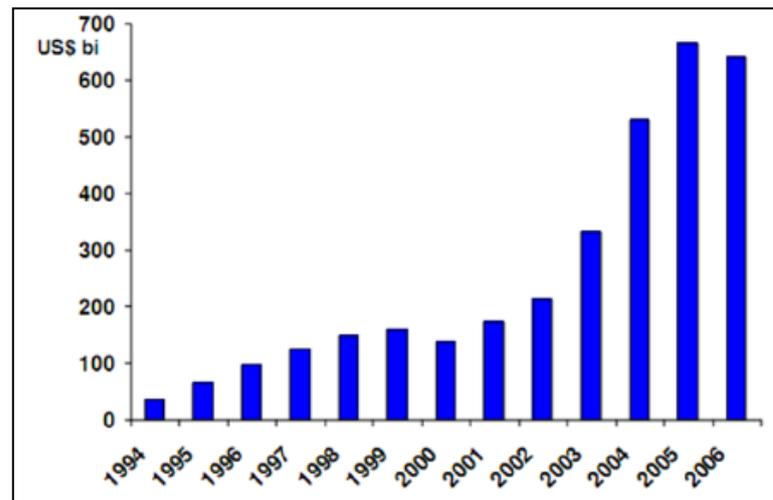
As obrigações colateralizadas seriam derivativos mais complexos, como instrumentos com características semelhantes, “mas com diferentes obrigações que dão lastro a outros ativos criados a partir da agregação destas obrigações” (MILAN, 2012a, p. 119). Como exemplo tem-se os *Collateralized Debt Obligations* (CDOs, obrigações colateralizadas por dívida), os *Collateralized Mortgage Obligations* (CMOs, obrigações colateralizadas por hipotecas), os *Collateralized Loan Obligations* (CLOs, obrigações colateralizadas por empréstimos) e os *Collateralized Bond Obligations* (CBOs, obrigações colateralizadas por títulos).

Como havia a possibilidade de comprar um CDO, dando a ela lastro para emissão de outra CDO, poder-se-ia agir assim em um esquema Ponzi<sup>4</sup>. E, de fato, aconteceu dessa maneira, visto que a limitação dessas emissões dava-se apenas pela demanda. Coggiola (2012) e Milan (2012a) concederam papel central das securitizações no processo de gestação e desenvolvimento da crise – as securitizações dos títulos baseados nas hipotecas *subprime* (via CDS), em tese, diminuiriam o risco de perdas de capitais investidos nesses derivativos.

Milan (2012a), Coggiola (2012), Krugman (2009) e Souza (2009) argumentaram de maneira similar quanto à participação das principais agências de classificação de risco (*Standard and Poor's, Moody's, Fitch*) nesse processo. Ao ranquear esses derivativos (devidamente “segurados”) com a maior nota possível, essas agências influenciaram investidores do mundo todo a adquirirem esses títulos, levando a especulação a nível global.

---

<sup>4</sup> Esquema Ponzi é um tipo de fraude de investimento no qual os investidores auferem seus rendimentos com dinheiro pago por investidores futuros, sendo mais vantajoso fazer isso do que investir em investimentos produtivos (MONROE *et al*, 2010).

**Gráfico 2 – Emissões de hipotecas subprime nos Estados Unidos (1994-2006)**

Fonte: Coggiola (2012).

Conforme o Gráfico 2, as emissões de hipotecas *subprime* nos Estados Unidos aumentaram exponencialmente após o ano de 2000 (até 1999 o aumento das emissões ainda era lento), indo de um valor total de cerca de 150 bilhões de dólares e alcançando 600 bilhões de dólares em 2006. Se somados os valores anuais das emissões entre 2001 e 2006, chegar-se-ia a um considerável montante de aproximadamente US\$2,5 trilhões.

Já pela Tabela 1, pode-se ver que o percentual das hipotecas *subprime* frente ao total das hipotecas elevou-se de forma abrupta de 2003 até 2006 (de 8,5% para 20,1%). O percentual das *subprimes* securitizadas também elevou-se, denotando um aumento no caráter especulativo da emissão dessas hipotecas.

**Tabela 1 – Composição das hipotecas nos Estados Unidos**

	Total das Hipotecas - US\$	Subprime - US\$ bilhões	Parcela do Subprime no Total de Originações - % do valor	Subprime Securitizadas - US\$	Subprime Securitizada - %
2001	2215	190	8.6	95	50.4
2002	2885	231	8	121	52.7
2003	3945	335	8.5	202	60.5
2004	2920	540	18.5	401	74.3
2005	3120	625	20	507	81.2
2006	2980	600	20.1	483	80.5

Fonte: Coggiola (2012).

Nesse meio-tempo, a financeirização do capitalismo mundial aumentava cada vez mais. Isso acontecia na esteira do endividamento sem precedentes nos Estados Unidos. Bush, ao reeditar a estratégia de Reagan na década de 1980, provocou o crescente endividamento de todos os setores da economia. O déficit público chegou a 4,9% do PIB estadunidense em 2004, atingindo um montante de US\$ 455 bilhões em 2008 – a dívida pública norte-americana chegou a US\$ 9,6 trilhões, 70% do PIB. Em 2007, o conjunto da dívida dos Estados Unidos (externa, pública, familiar e empresarial) atingiu US\$ 37 trilhões, aproximadamente três vezes o valor do seu Produto Interno Bruto. Essa dívida, conforme Souza (2009), alavancou a especulação em nível mundial.

O valor de *swaps* de juros, *swaps* cambiais e opções de juros<sup>5</sup> tinham atingido US\$286 trilhões, representando cerca de seis vezes o Produto Mundial Bruto em 2006. A estimativa do Banco Internacional de Compensações (BIS, na sigla em inglês), era de um montante de derivativos de US\$596 trilhões (com US\$193 trilhões em cinco bancos: JP Morgan, Citibank, Bank of America, Goldman Sachs e Wells Fargo) antes do início da crise (SOUZA, 2009).

### Quadro 2 – Crescimento econômico mundial – 2001 a 2007 (% PIB real)

Região/país	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Mundo	2,5	2,8	3,6	4,9	4,4	5,0	4,9
Países desenvolvidos	1,2	1,6	1,9	3,2	2,6	3,0	2,7
- Alemanha	1,2	0,0	-0,3	1,1	0,8	2,9	2,5
- EUA	0,8	1,6	2,5	3,6	3,1	2,9	2,2
- Japão	0,2	0,3	1,4	2,7	1,9	2,4	2,1
- Área do Euro	1,9	0,9	0,8	2,1	1,6	2,8	2,6
Países em desenvolvimento	3,8	4,7	6,2	7,5	7,1	7,8	7,9
- África	4,9	6,1	5,3	6,5	5,7	5,9	6,5
- América Latina e Caribe	0,7	0,4	2,1	6,2	4,6	5,5	5,6
- Brasil	1,3	2,7	1,1	5,7	3,2	3,8	5,4
- México	0,0	0,8	1,4	4,2	2,8	4,8	3,3
Ásia	5,8	6,9	8,1	8,6	9,0	9,6	9,7
- China	8,3	9,1	10,0	10,1	10,4	11,1	11,4
- Índia	3,9	4,6	6,9	7,9	9,1	9,7	9,2

Fonte: FMI (2009)

Entrementes, o mundo viveu um período de prosperidade entre 2001 e 2007, com boas taxas de crescimento, conforme o Quadro 2. Souza (2009) destaca o

<sup>5</sup> Derivativos que visam à proteção do investidor financeiro contra a variação do valor dos juros e/ou câmbio (DAROS; BORBA, 2005).

papel do endividamento público e privado como base desse crescimento nos Estados Unidos, o que, somado ao crescimento exponencial chinês, pode ser visto como uma “força de locomotiva” que ajudou a alavancar a economia mundial.

No caso das especulações imobiliárias estadunidenses, a base da espiral era aquele que tinha tomado o empréstimo para adquirir o imóvel. Quando o FED voltou a subir os juros em 2006 e 2007, e a taxa chegou a 5,25% a.a., veio à tona a incapacidade de grande parte dos devedores saldarem seus débitos. Quando a bolha começou a estourar, em virtude da inadimplência, houve “tomada dos imóveis pelos bancos, queda no valor dos imóveis, desvalorização das hipotecas e dos respectivos derivativos, crise do sistema bancário e encurtamento do crédito” (SOUZA, 2009, p. 238).

**Gráfico 3 – Preços das residências nos Estados Unidos (1890=100)**



Fonte: Coggiola (2012).

Como pode-se perceber pelo Gráfico 3, o nível ao qual chegou o preço das residências (destoando em relação à série histórica desses preços) alinha-se com o aumento das emissões de hipotecas *subprime* até 2006, quando o preço das residências passou a cair. Krugman (2009) argumenta que, apesar da inadimplência ter dado o sinal de que algo estava errado com o valor dos imóveis, os derivativos continuaram com cotação crescente, tamanho era o descolamento da sua dinâmica

com a da economia produtiva. Consoante Souza (2009), ao perceber esse sinal, o FED novamente baixou a taxa de juros, em 2007, e injetou dinheiro nos bancos (via juros negativos na taxa de redesconto), acompanhado de um pacote fiscal do governo Bush para estimular a economia. Não obstante, em 2008 a crise já tomara forma.

O sinal de alerta foi a falência em meados de setembro de um dos principais bancos de investimento do país, o Lehman Brothers; logo depois, ruiam as duas principais casas hipotecárias do país: a Fannie Mae e a Freddie Mac; em seguida, a seguradora das seguradoras, considerada a maior do mundo: o AIG. O primeiro foi abandonado pelo governo. As outras instituições foram salvas pela injeção de maciços recursos pelo governo e sua estatização temporária (SOUZA, 2009, p. 249).

Segundo Harvey (2011), nas semanas que seguiram-se à falência do Lehman Brothers trilhões de dólares foram pulverizados, pois os títulos com lastro em derivativos, que antes eram bem cotados, não valiam praticamente mais nada. Como esses títulos foram transacionados ao redor do mundo, os efeitos dessa crise financeira não tardaram a chegar à economia real.

## 5 REFLEXÕES SOBRE A CRISE FINANCEIRA DE 2008 E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A HEGEMONIA MUNDIAL DOS ESTADOS UNIDOS

Tão logo estourou a crise, houve um questionamento principal: quais foram os culpados?

Como explica Krugman (2009), alegações muito comuns da direita situavam-se em torno da possível culpa do *Community Reinvestment Act*, programa que deveria conceder empréstimos hipotecários a minorias. Tal acusação pode ser parcialmente descartada se for feita a consideração de que o programa foi criado em 1977, não podendo ter responsabilidade sobre uma crise que surgiria três décadas depois. Quanto aos conservadores, estes apontaram a Fannie Mae e a Freddie Mac (companhias abertas pioneiras no processo de securitização e que contavam com o apoio do governo) por alimentarem a bolha especulativa, tendo envolvido-se em escândalos contábeis. Para Krugman (2009), contudo, pelo próprio motivo dos escândalos, ambas mantiveram-se à margem dos empréstimos duvidosos no seu período mais frenético, de 2004 a 2006.

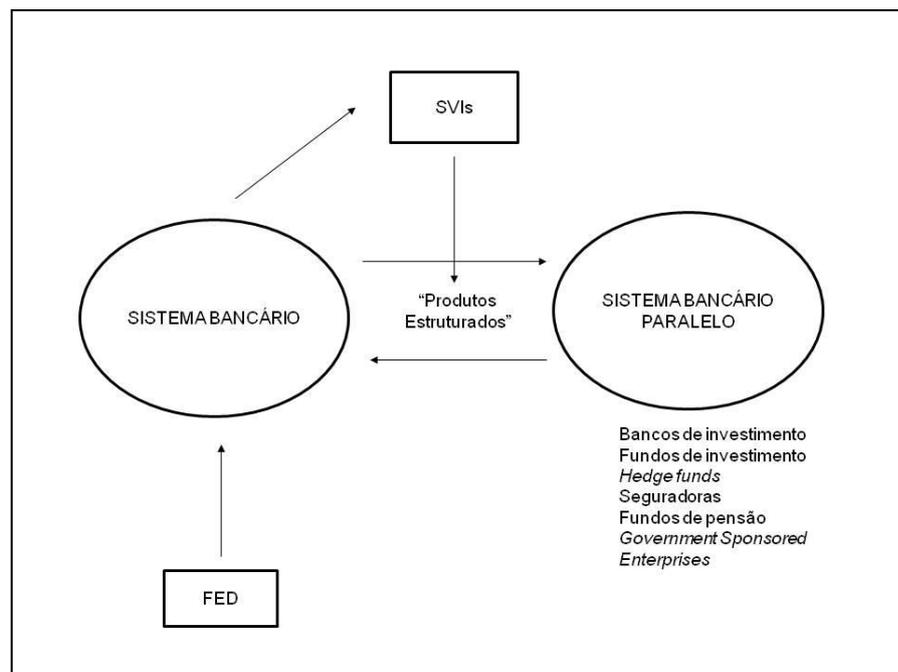
À esquerda, é comum culpar a desregulamentação pela crise – especificamente, a revogação parcial, em 1999, do Glass-Steagall Act, passando a permitir que bancos comerciais entrassem no negócio de bancos de investimentos e que, portanto, assumissem mais riscos. Em retrospectiva, essa foi, sem dúvida iniciativa na direção errada que pode ter contribuído de maneira sutil para a crise – por exemplo, algumas das estruturas financeiras arriscadas, desenvolvidas durante os anos de prosperidade, eram operações extracontábeis (*off balance sheet*) dos bancos comerciais. Contudo, a crise, em boa parte, não envolveu problemas com instituições desregulamentadas, que assumiram novos riscos. Ao contrário, girou em torno de riscos assumidos por instituições que, para começar, nunca foram regulamentadas (KRUGMAN, 2009, p. 271).

Essa argumentação repousa na ideia de que o cerne da crise foi o desenvolvimento do *parallel banking system* ou *shadow banking system* (sistema bancário paralelo ou sistema bancário “sombra”). A lógica é simples: quando o *Federal Reserve* foi criado, em 1913, uma de suas funções seria a de formar uma rede de proteção para o sistema bancário nacional, injetando liquidez nos bancos quando julgasse necessário. O sistema bancário paralelo, entretanto, fugia ao escopo do FED, isso por tratar-se um sistema de “bancos não bancos”, fundos de

renda fixa de alta liquidez, ou fossem outras instituições, como os fundos de *hedge*<sup>6</sup>, que lidavam com os derivativos “exóticos” que foram surgindo (KRUGMAN, 2009).

Os bancos protegidos pelo FED também participaram desse sistema bancário paralelo, criando pessoas jurídicas chamadas *Structured Vehicle Investments* (SVIs) para comprar os “produtos estruturados” (como os CDOs) e participar da ciranda financeira, elevando seus ganhos por meio da alavancagem bancária (FARHI; CINTRA, 2009).

**Figura 2 – O sistema bancário paralelo**



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Krugman (2009) e Farhi e Cintra (2009).

A Figura 2 ilustra a lógica do sistema bancário paralelo. Cabe ressaltar a participação da maioria dos agentes financeiros conhecidos (como bancos de investimentos e seguradoras), evidenciando o caráter sistêmico dos riscos assumidos por essas instituições.

Conforme Krugman (2009), em 2007 o então presidente do *Federal Reserve Bank*, Timothy Geithner, já avaliava os riscos do florescimento desse sistema, ao

<sup>6</sup> *Hedge*, na concepção de Farhi (1999, p. 94) são operações de cobertura de riscos que “consistem, essencialmente, em assumir para um tempo futuro, a posição oposta à que se tem no mercado à vista”.

constatar que seus ativos valiam 4 trilhões de dólares, contra 10 trilhões de dólares de ativos de todo o sistema bancário convencional norte-americano.

Cabe colocar que a desregulamentação, conforme abordada no presente trabalho, refere-se tanto ao ato de desregulamentar em si quanto à predisposição de não regular o que deveria ser regulado, seguindo a premissa neoliberal da não ingerência dos Estados nas atividades econômicas. Na iminência da crise, ainda segundo Krugman (2009), o FED criou mecanismos exatamente no intuito de ajudar os “bancos não bancos”, que outrora não eram abarcados na sua rede de proteção e logo precisariam de liquidez para não ir à bancarrota.

### **5.1 Os Estados “voltam” à cena para mitigar a crise**

Para resolver a crise, os Estados foram chamados para atuar de forma coordenada e salvar as instituições bancárias que haviam sido responsáveis pela criação e estouro da bolha imobiliária ao redor do mundo (BELLUZO, 2009). O governo Bush, tão logo deu-se à falência do Lehman Brothers, negociou um pacote de US\$850 bilhões para aliviar a crise, sendo que desse valor US\$700 bilhões eram para a compra de títulos tóxicos (a grande maioria baseada nas hipotecas *subprime*) e ações preferenciais (sem direito a voto) de bancos e US\$150 bilhões eram para isenções fiscais. O pacote recebeu o nome de *Troubled Asset Relief Program – TARP*<sup>7</sup> (SOUZA, 2009).

Ainda conforme Souza (2009), muitos bancos europeus, por terem adquiridos esses títulos tóxicos na fase de prosperidade, também ficaram ameaçados de falência. Ainda em 2008 a União Europeia adotou programas de ajuda aos bancos (semelhante ao dos Estados Unidos) em um montante de mais de US\$ 2 trilhões. A Inglaterra sozinha editou um programa de auxílio em um valor próximo a US\$ 1 trilhão. Em 2008, US\$ 7 trilhões haviam sido usados em programas de recuperação econômica dos Estados Unidos, Europa e Japão, o que representou aproximadamente 25% do valor perdido nas bolsas ao redor do mundo.

---

<sup>7</sup> Programa de Alívio aos Ativos Tóxicos (tradução livre).

**Quadro 3 – Principais bancos beneficiários de empréstimos públicos (2007-2010)<sup>8</sup>**

Citigroup: US\$2,5 trilhões	UBS (Suiça): US\$287 bilhões
Morgan Stanley: US\$2,04 trilhões	Credit Suisse (Suiça): US\$262 bilhões
Merrill Lynch: US\$1,949 trilhões	Lehman Brothers: US\$183 bilhões
Bank of America: US\$1,344 trilhões	Bank of Scotland (Reino Unido): US\$181 bilhões
Barclays PLC (Reino Unido): US\$868 bilhões	BNP Paribas (França): US\$175 bilhões
Bearn Sterns: US\$853 bilhões	Wells Fargo & Co.: US\$159 bilhões
Goldman Sachs: US\$814 bilhões	Dexia SA (Bélgica): US\$159 bilhões
Royal Bank of Scotland (Reino Unido): US\$541 bilhões	Wachovia Corporation: US\$142 bilhões
JP Morgan Chase: US\$391 bilhões	Dresdner Bank AG (Alemanha): US\$135 bilhões
Deutsche Bank (Alemanha): US\$354 bilhões	Societe Generale SA (França): US\$124 bilhões
Outros: US\$2,6 trilhões	
<b>Total: US\$16,115 trilhões</b>	

Fonte: Coggiola (2012).

O Quadro 3 mostra os gastos dos governos para injetar liquidez nos grandes bancos, no intuito de manter a estabilidade do sistema. Os Estados Unidos, até meados de 2009, havia gasto 6,7 trilhões de dólares para ajudar os bancos a manterem sua solvência (MORAIS, 2009). Se somados os valores emprestados aos grandes bancos estadunidenses até 2010, pode-se perceber que o auxílio teve que ser ainda maior, aproximando-se dos US\$10 trilhões.

**Quadro 4 – Queda acumulada em 2008 nas bolsas das 15 maiores economias do mundo (em %)**

<b>México</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>EUA</b>	<b>Canadá</b>	<b>Espanha</b>	<b>Alemanha</b>	<b>Coreia do Sul</b>	<b>Brasil</b>
24,10	31,97	34,65	36,16	39,43	40,37	40,73	41,22
<b>Japão</b>	<b>Austrália</b>	<b>França</b>	<b>Itália</b>	<b>Índia</b>	<b>China</b>	<b>Rússia</b>	
42,12	42,36	42,70	49,53	52,11	65,16	67,29	

Fonte: Souza (2009).

<sup>8</sup> A nacionalidade dos bancos consta entre parênteses no Quadro 3, à exceção dos bancos estadunidenses.

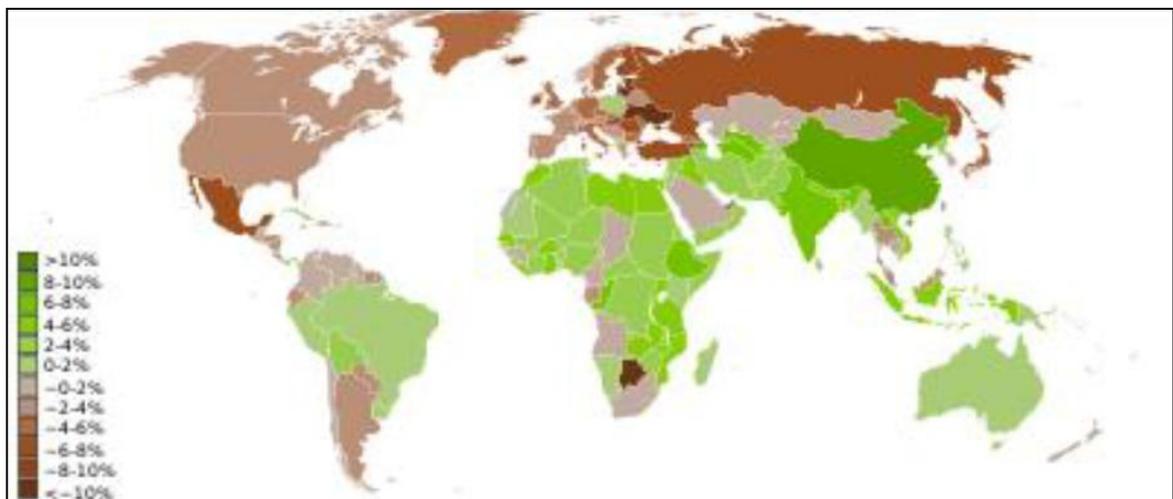
Em relação às bolsas de valores, considerando o Quadro 4, o total das quedas de ações ficou na média de 42% em 2008, pulverizando cerca de US\$ 29 trilhões.

O índice Dow Jones, que mede o comportamento das ações da principal bolsa dos EUA, caiu 34,7% em 2008, perdendo apenas para a queda de 1931 (52,7%) e a de 1907 (37,7%). Enquanto isso, o Standard & Poor's 500, que é mais abrangente do que o Dow Jones, caiu 38,5% (SOUZA, 2009, p. 230).

Apesar da ajuda quase imediata aos bancos, a crise logo espalhou-se para a economia real. No final de 2008, as três principais companhias automobilísticas dos Estados Unidos, General Motors, Ford e Chrysler, pediram ao governo US\$ 34 bilhões. No início de 2009, a Chrysler pediu concordata, ao que a Fiat italiana assumiu seu controle parcialmente. Em junho do mesmo ano, após o pedido de concordata, a GM foi estatizada.

Houve retração da atividade econômica, na qual o mercado de trabalho dos Estados Unidos foi afetado. A taxa de desemprego chegou a 8,9% em abril de 2009, contra 4,5% em novembro de 2007 – a pior taxa desde a recessão finalizada em 1983 (SOUZA, 2009).

**Mapa 1 - Mapa-múndi mostrando taxas de crescimento real do PIB para 2009  
(com países em marrom em estado de recessão econômica)**



Fonte: Coggiola (2012).

Como pode-se ver no Mapa 1, no ano seguinte à crise muitos países entraram em recessão. Nos Estados Unidos e na Europa, a crise adquiriu caráter sistêmico, porquanto os débitos das instituições financeiras afetadas foram comprados pelos governos, no que o problema das dívidas hipotecárias tornou-se o problema das dívidas públicas – ainda mais considerando, conforme Torres (2011), que a recessão nesses lugares diminuiu a arrecadação tributária, agravando o problema.

**Quadro 5 – Dívidas na área do euro (2011)**

PAÍS	EM PORCENTAGEM DO PIB*	EM BILHOES DE EUROS*
Bélgica	94,4	345,1
Espanha	60,9	647,6
Grécia	117,9	272,9
Irlanda	63,0	101,8
Itália	100,1	1.602,2
Portugal	82,9	143,3
.....		
* Projeção para 2011		

Fonte: Coggiola (2012).

O Quadro 5 mostra a elevada porcentagem da relação Dívida/PIB para Bélgica, Espanha, Grécia, Irlanda, Itália e Portugal, oriunda, principalmente, do esforço desses países em manter a estabilidade de seus sistemas bancários após a crise de 2008.

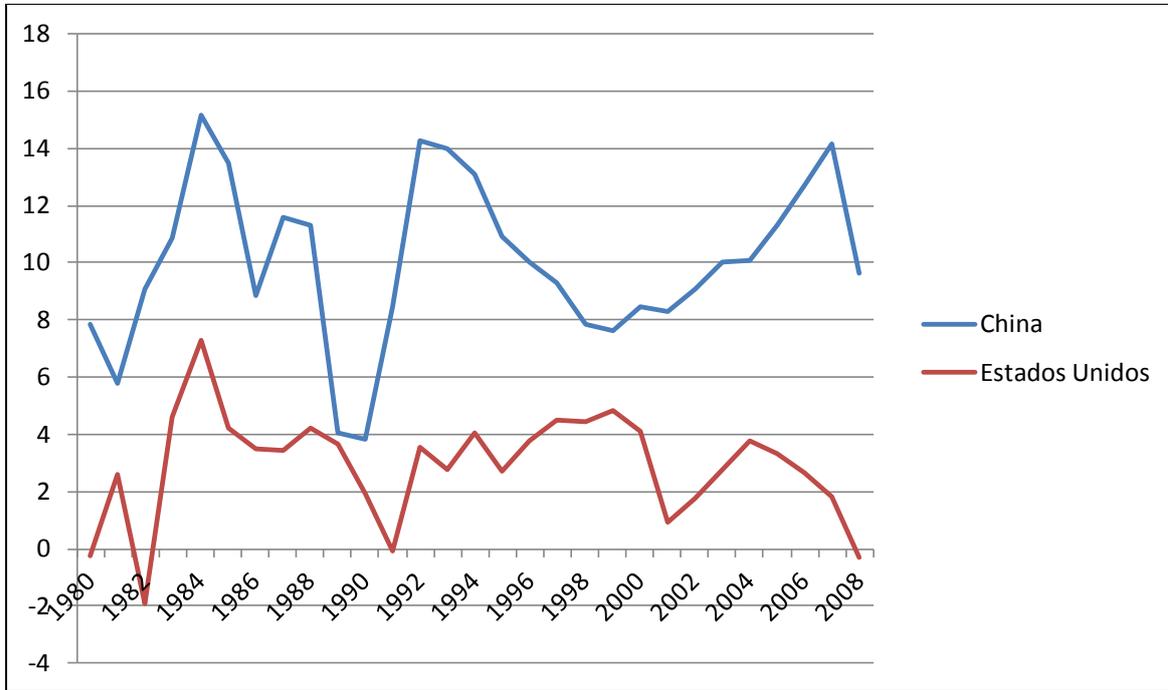
## **5.2 Discussões sobre a hegemonia mundial dos Estados Unidos após a crise de 2008**

Como apontam Souza (2009) e Harvey (2011), a queda do setor financeiro dos Estados Unidos representaria uma ameaça à sua hegemonia mundial.

Utilizando-se o conceito de hegemonia mundial de Arrighi (1996) para saber o quão real seria essa ameaça, descartando-se a hipótese de uma mudança fundamental na estrutura do moderno sistema de Estados, seriam necessários dois questionamentos preliminares: a) Haveria algum “postulante” a próximo país hegemônico?; b) Os Estados Unidos ainda possuiriam direção intelectual e moral em relação às demais nações?

Considerando o peso econômico e as possibilidades de expansão de seu Produto Interno Bruto (PIB), muitos analistas apontam a China como único candidato a tirar os Estados Unidos do posto de maior economia do mundo (RIBEIRO, 2009).

**Gráfico 4 – Comparação da evolução do PIB: EUA X China (em %)**



Fonte: OCDE (2013).

Como é possível perceber pelo Gráfico 4, no período que vai de 1980 até 2008, os Estados Unidos nunca obtiveram um desempenho econômico anual (em termos de PIB real) melhor do que a China. O crescimento chinês acelerou-se após a implantação das reformas de modernização de sua economia lideradas por Deng Xiaoping. A partir da abertura das Zonas Econômicas Especiais, em 1978, a China passou a receber um alto volume de investimento direto estrangeiro, principalmente com a realocação de empresas que procuraram diminuir seus custos aproveitando-se do excesso de mão-de-obra chinesa.

Essas realocações, de certa forma, estiveram no cerne dos deslocamentos geográficos do capital, nos termos de Harvey (2011), o que significou declínio estadunidense na base da acumulação produtiva, mesmo com sua especialização no setor de alta tecnologia (informação, eletrônicos). A China tornou-se uma espécie de “fábrica do mundo”, permitindo uma recuperação mais rápida da economia

mundial após a década de 1970. Além disso, o controle estatal sobre a seara das finanças evitou o contágio das sucessivas crises financeiras com o acirramento do processo de globalização. A extensão da crise financeira de 2008, entretanto, manifestou uma das contradições no crescimento econômico chinês: o fato de sua economia depender em grande parte das suas exportações.

Para Souza (2009, p. 226), a crise de 2008 manifestou

a aceleração do declínio da economia dos EUA, o que pode significar o agravamento da crise e eventual perda de sua hegemonia mundial, posta em causa desde o início da crise estrutural inaugurada entre o final da década de 1960 e o começo da década de 1970.

#### **Quadro 6 – Crescimento econômico dos Estados Unidos e da China no período pós-crise (% PIB real)**

	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
<b>Estados Unidos</b>	- 3,1	2,4	1,8	2,2
<b>China</b>	9,2	10,4	9,3	7,8

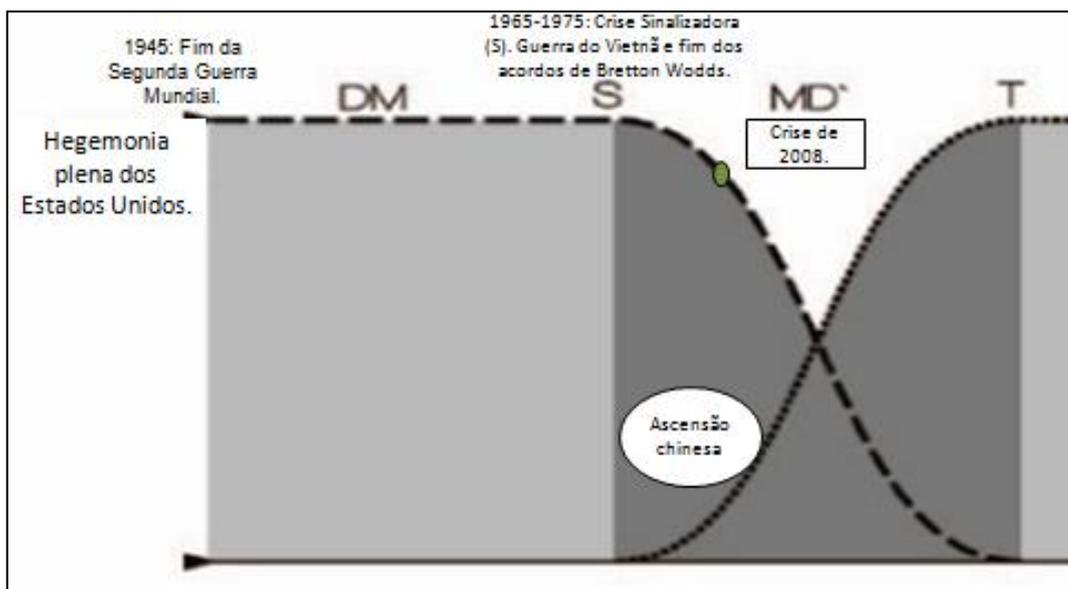
Fonte: FMI (2013).

Consoante o Quadro 6, a China continuou com a presença de um ótimo desempenho de crescimento do PIB após a crise de 2008 (média de 9,2% a.a.), enquanto os Estados Unidos apresentaram um resultado relativamente píffio (média de 0,9% a.a.). Olhando por esse viés, a crise de 2008 pode ter sido um catalizador no processo da ascensão chinesa para a liderança econômica mundial, mesmo que a sua economia (um PIB de cerca de US\$ 8 trilhões) seja a metade do PIB dos Estados Unidos (cerca de US\$ 16 trilhões). Contri (2013) coloca que a recuperação econômica dos Estados Unidos, ainda que lenta, é constante: a média do PIB entre 2010 e 2012 foi de 2,1% a.a., o que pode ser comparado com a média de 2,4% apresentada entre 2000 e 2007.

Levado a rigor, o processo dos CSA para compreender as transições hegemônicas não indicaria uma virada chinesa em termos hegemônicos no moderno sistema de Estados. Mesmo que a crise de 2008 possa ser considerada severa, ela não abalou a economia e as finanças norte-americanas em sua totalidade, apesar de que a resposta à crise tenha vindo pela concentração e centralização das instituições financeiras dos Estados Unidos, indicando a eclosão de crises

econômico-financeiras mais agudas posteriormente. Em síntese, poder-se-ia trabalhar com a hipótese, dentro da Figura 1, de que o ponto de intersecção entre a “hegemonia declinante”, líder da acumulação financeira, e a “hegemonia ascendente”, líder da acumulação produtiva, ainda não foi alcançado – conforme a Figura 3. Ainda assim, a possível existência dos CSA indica que o eixo dinâmico da economia mundial ainda será mudado (MILAN, 2012b).

**Figura 3 – A crise de 2008 e o possível ciclo sistêmico de acumulação da China**



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado no modelo de Reis e Hendler (2010).

O potencial chinês foi relativamente negligenciado pelos especialistas até o início do século XXI – o que era razoável, visto que a China possuía (e ainda possui) enormes desafios para prosseguir sua trajetória de crescimento sólido, como os problemas de desigualdade social. Entretanto, mesmo não tendo sido afetada pela crise de 2008 com a mesma proporção com que foram afetados os Estados Unidos e os países da Europa, a China dependeria desses mercados para continuar aumentando suas exportações e prosseguir crescendo na faixa dos 7% aos 10% ao ano.

Outro ponto de discordância ao pensamento de que a China poderia vir a ultrapassar os Estados Unidos na liderança da economia mundial, é o fato de que no final dos anos 1980 tinha-se uma percepção similar sobre o Japão. Como foi mostrado no capítulo 3, o Japão apresentou um crescimento econômico notável no

período pós-Segunda Guerra, tendo, na década de 1970, tornado-se a segunda maior economia global. Autores como Arrighi (1996) debateram sobre o potencial japonês para substituir os Estados Unidos no primeiro posto econômico do moderno sistema de Estados. Na década de 1990, houve uma surpresa ao verificar-se que o Japão não conseguia debelar a crise instalada no final da década de 1980 em seu país. O Estado nipônico entrara em uma recessão que inviabilizou qualquer perspectiva em termos hegemônicos.

Não obstante, a China vem dando provas de ser capaz de enfrentar crises complexas. A possibilidade de as exportações chinesas arrefecerem mais, em um cenário de recessão mundial, não elimina a possibilidade da aposta no mercado interno chinês, que ainda poderia garantir mais alguns anos com bom desempenho do PIB. A integração produtiva do território chinês está longe de estar completa, mesmo com os investimentos do governo chinês em infraestrutura e transportes. Além disso, a China, junto com os Estados Unidos, vem liderando as inversões em energias renováveis, de modo a tentar compensar a poluição oriunda da industrialização acelerada e preparar-se para um contexto energético mundial de médio e longo prazos.

**Gráfico 5 – Evolução (“guerra”) cambial após a crise de *subprime* (moedas/US\$)**



Fonte: Coggiola (2012).

Uma das críticas feitas pelos Estados Unidos à China é que esta vem sendo beneficiada pelo seu câmbio artificialmente desvalorizado (na relação yuan-dólar), o que torna as exportações chinesas mais baratas no mercado internacional. Nos últimos anos, entretanto, o FED passou a “inundar” os mercados externos com dólares, ao resgatar quantidades expressivas de títulos do tesouro americano. Essa atitude, ao desvalorizar a moeda estadunidense, foi criticada e vista como “guerra cambial”, discurso entoado também pelo Brasil. O resultado pode ser observado no Gráfico 5, onde apenas o peso desvalorizou-se em relação à moeda dos Estados Unidos. Como explica Thorstensen (2011), as guerras cambiais logo podem virar guerras comerciais, pois câmbios desvalorizados acabam subsidiando as exportações, enquanto impõe barreiras às importações.

No caso do yuan, como o valor da moeda chinesa é fixada pelo governo (taxa de câmbio fixo), essa também desvalorizou-se frente ao dólar, conforme Krugman e Obstfeld (2010), por conta de um acordo entre os Estados Unidos e a China. Segundo esse acordo, feito mesmo antes da crise de 2008, a China comprometia-se a promover uma valorização lenta e gradual do yuan.

No lado militar e político, também considerados por Arrighi (1996) na questão do poder hegemônico, as possibilidades seriam um pouco menores. Os Estados Unidos ainda são o país que mais gasta com defesa, mesmo já possuindo o exército mais preparado dentre as nações, tornando a supremacia militar estadunidense inquestionável (AVILA, 2009).

Assumir uma liderança proativa dos países emergentes dentro das instituições multilaterais, utilizando-se da coordenação, por exemplo, entre os BRICS (grupo de países com características semelhantes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) seria uma opção viável para um realinhamento político internacional. O discurso da multipolaridade, nesse contexto, é especialmente vantajoso, uma vez que a China poderia colocar-se à frente de um grupo de países que contestam a atual “ordem mundial” (LIMA, 2012).

Duas dificuldades impõem-se à evolução do BRICS como alternativa ao poder hegemônico estadunidense. A primeira delas é a institucionalização do grupo, cujo processo esbarra nos interesses divergentes de cada uma das potências econômicas emergentes, retardando, assim, o aprofundamento dos mecanismos de ação dos BRICS.

**Quadro 7 – Crescimento econômico dos países do BRICS no período pós-crise  
(% PIB real)**

	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
<b>China</b>	9,2	10,4	9,3	7,8
<b>Brasil</b>	-0,3	7,5	2,7	0,9
<b>Índia</b>	5,0	11,2	7,7	4,0
<b>Rússia</b>	-7,8	4,5	4,3	3,4
<b>África do Sul</b>	-1,5	3,1	3,5	2,5

Fonte: FMI (2013).

A segunda dificuldade é a tendência ao desaquecimento econômico dos países do BRICS, conforme o Quadro 7. Isso tiraria a “razão de ser” do bloco, que ao ser originado, pela designação de Jim O’Neil (chefe-executivo da Goldman Sachs), remetia-se à ideia de que eram países com peso e crescimento econômico notáveis. A própria recuperação da economia norte-americana, ainda que tímida, e a possibilidade da gestação de uma área de livre comércio entre Estados Unidos e Europa, pode comprometer a evolução dos BRICS – e da China como “líder” do grupo.

Concernente ao segundo questionamento feito, os Estados Unidos aparentariam não ter mais a capacidade de dirigir intelectual e moralmente o conjunto dos outros países. Arrighi (2008), antes da crise, já argumentava no sentido de que os Estados Unidos dominavam, mas não eram hegemônicos. Essa situação, pode-se afirmar com base em Arrighi (1996, 2008), iniciou com a ruptura unilateral dos Estados Unidos ao padrão monetário internacional ouro-dólar, um dos baluartes de sua hegemonia após 1945.

Ela [a crise de 2008] é o crepúsculo de um movimento de desregulamentação que teve em sua origem a crise do sistema de Bretton Woods em 1971 e que subordinou as decisões de políticas soberanas ao movimento de expansão do capital, em especial à dominação financeira. O abalo sísmico provocado pelo deslocamento da dinâmica da acumulação e pelos arranjos institucionais da alta finança revela um ambiente de alterações profundas na divisão internacional do trabalho e abre um universo dinâmico de novas articulações e composições de interesses geoestratégicos (nas suas dimensões política e econômica) (COELHO, 2011, p. 785).

Na trajetória de lá até os dias atuais, houve (i) a contestação, feita por nações em desenvolvimento, à lógica dual da Guerra Fria, com as respostas hegemônicas abordadas durante o capítulo 4; (ii) a ilusão da unipolaridade internacional estadunidense após a derrocada da União Soviética e a euforia com o processo de globalização; (iii) as crises financeiras da década de 1990 e início da década seguinte; (iv) a não-aceitação do poder estadunidense de invadir, por decisão unilateral, o Iraque; e (v) o processo de especulação financeira global centrado nos Estados Unidos, levando ao estopim da crise hipotecária com a falência do banco de investimentos estadunidense Lehman Brothers e a posterior crise global.

Apesar de terem perdido a capacidade hegemônica, os Estados Unidos ainda possuiriam outras ferramentas essenciais para manter sua posição preponderante global na atual situação de caos sistêmico. O dólar, moeda ainda mais aceita internacionalmente e o seu próprio idioma, o inglês, que é o mais difundido no mundo. Apesar da crise de 2008 ter assumido proporções preocupantes em termos globais, não houve nenhuma mudança fundamental no sistema financeiro internacional no que tange ao padrão monetário mundial. O dólar é aceito como meio de pagamento internacional por uma “convenção irracional”, que parece partir do princípio de que os Estados Unidos não *podem* quebrar, mesmo que sua dívida pública corresponda a praticamente o PIB da Europa.

Em suma, mesmo com os Estados Unidos ainda não plenamente recuperados da crise econômica mundial de 2007-2009, sua moeda não perderá no curto e médio prazo a condição de padrão monetário internacional. Isto porque com o atual ambiente de instabilidade apresentado por algumas nações europeias – onde países como a Grécia, mesmo que de maneira não oficial, estudam a possibilidade de abandonar o euro e retomar o padrão monetário anterior ao movimento de unificação econômica do velho continente – o euro não está consolidado a ponto de exercer este papel (SILVEIRA; LEITZKE, 2013, p. 14 e 15).

A preponderância do idioma inglês caminha lado a lado com o papel central dos Estados Unidos na produção de conhecimento científico e tecnológico. A contínua evolução tecnológica parece ser a chave para a supremacia na era pós-industrial, na qual o país ser industrializado não será suficiente para competir no mundo capitalista.

Além dessas ferramentas, há que se considerar que os Estados Unidos ainda permanecem na vanguarda das inovações tecnológicas, o que é essencial para manter seu *status* de superpotência no sistema internacional. Os títulos da dívida pública do Tesouro estadunidense, por ainda serem os mais aceitos por investidores internacionais (mesmo com juros baixos), ainda conferem aos Estados Unidos uma facilidade ímpar em continuar financiando-se.

Por fim, a crise trouxe um elemento crucial no declínio relativo da hegemonia estadunidense: a falibilidade do neoliberalismo. Alicerce ideológico da retomada hegemônica no fim dos anos 1970 e começo da década de 1980, o postulado neoliberal da não intervenção dos governos nas atividades econômicas estaria posto em dúvida, em virtude da necessidade de atuação dos Estados para tirar suas economias da crise e do insucesso das políticas de austeridade na Europa. Conforme mostrado nos capítulos 2 e 4, esse pensamento remonta às escolas clássica e neoclássica.

Com os desdobramentos da crise de 2008 na Europa, o receituário do FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia, de aperto fiscal e diminuição de direitos trabalhistas (precarização do trabalho) para poder pagar os elevados níveis de juros dos países endividados, parece vir ao encontro daquilo que Krugman (2009) chamou de “perversão das políticas públicas”. Em vez de os Estados fomentarem a recuperação da economia, eles nada mais fazem do que criar condições para dificultar a saída da situação de recessão econômica dos países europeus, mormente Grécia e Espanha.

Vale recordar que a crise das dívidas soberanas na Europa surgiu apenas depois de os países europeus terem sido impelidos a injetar dinheiro nos grandes bancos privados de seus Estados, conseguindo os recursos para isso via déficit fiscal e aumento da dívida pública. Os investidores, ao perceberem o risco crescente de calote por parte desses países mais endividados, passaram a cobrar juros cada vez mais elevados para comprar os títulos soberanos de curto prazo, gerando uma espiral viciosa na qual as condições econômicas e sociais europeias tendem a deteriorar-se.

O presente nível das dívidas públicas nos Estados Unidos estaria travando a realização de políticas keynesianas para estimular o investimento e o consumo (DE BEM, 2013; DUMÉNIL; LEVY, 2011). Isso, em parte, justifica que os preceitos neoliberais ainda vigorem no meio acadêmico internacional, enquanto a China, país

que mais cresce atualmente, adota um sistema híbrido de capitalismo regulado, na qual as empresas estatais chinesas ainda representam uma grande parte do PIB produzido no país. Se a China vier a ser um líder mundial, haverá uma mudança na corrente teórica dominante (neoliberalismo), “pois a mesma [China] exercerá uma hegemonia ancorada em uma economia de mercado com supervisão do Estado, ou seja, com regulação” (SILVEIRA, 2011, p. 103).

**Quadro 8 – Os três Estados hegemônicos do capitalismo histórico no moderno sistema de Estados**

	<b>Países-Baixos</b>	<b>Grã-Bretanha</b>	<b>Estados Unidos</b>
<b>Marco histórico da consolidação hegemônica</b>	Fim da Guerra dos Trinta Anos e a Paz de Westfália, em 1648.	Fim das Guerras Napoleônicas e o Congresso de Viena, em 1815.	Fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945.
<b>Base intelectual e moral</b>	Mercantilismo. Ideia de Estados soberanos – criação do moderno sistema de Estados.	Liberalismo. Defesa da manutenção do moderno sistema de Estados (na Europa).	Keynesianismo. Defesa dos valores capitalistas e liberais-democráticos.
<b>Característica do CSA</b>	Custos de proteção – financiar-se por meio de guerras alhures.	Custos de produção – financiar-por meio de recursos externos.	Custos de transação – integração entre as estruturas organizacionais a nível mundial.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Arrighi (1996).

O Quadro 8 retoma algumas das ideias pertinentes às três hegemonias do capitalismo histórico no moderno sistema de Estados. Cabe destacar que a base intelectual e moral dos Estados hegemônicos sempre esteve amparada em ideias concernentes à economia. É arriscado afirmar que essa foi uma trajetória evolutiva do pensamento econômico, visto que esses conjuntos de ideias e práticas (mercantilismo, liberalismo e keynesianismo) apenas foram as correntes preponderantes durante a consolidação das hegemonias mundiais.

A crise dessas ideologias, cada qual a seu tempo, denotou a própria crise da capacidade de os Estados hegemônicos mostrarem às demais unidades do sistema que sua expansão era benéfica a todos, ou, pelo menos, à maioria. Além disso,

pode-se apreender que cada final de transição hegemônica dá-se com uma guerra de grandes proporções no moderno sistema de Estados, até chegar, retomando Hobsbawm (1995), à “Era da Guerra Total” com as duas guerras mundiais do século XX. Esse processo culminou no surgimento da bomba atômica no final da Segunda Mundial, o que pode ter mudado o paradigma das guerras de transição hegemônica, visto que uma guerra nuclear generalizada poderia levar à extinção de parte da civilização humana.

Outra coisa que pode-se destacar são as mudanças nas características dos ciclos sistêmicos de acumulação, como mostrado no Quadro 8. O atual ciclo sistêmico de acumulação, baseado na diminuição dos custos de transação, levou à chamada “economia de velocidade”, onde a compressão espaço-tempo torna-se cada vez maior. Poder-se-ia esperar que a era da informática e a economia do conhecimento viessem a mudar o paradigma atual, em direção a um modelo “superior” de ciclo acumulativo.

#### Quadro 9 – Declínio da hegemonia estadunidense

<b>Retomada da hegemonia estadunidense</b>	<b>Crise financeira de 2008</b>
Declínio da expansão produtiva e do pensamento keynesiano. A retomada hegemônica deu-se via meios financeiros (ARRIGHI, 2008; TAVARES, 1985), por meio da diplomacia do dólar forte (MILAN, 2012b; COELHO, 2011) e ancorada no pensamento neoliberal. A onda de liberalização financeira esteve diretamente atrelada às causas da crise financeira de 2008, principalmente no que tange às especulações no mercado de derivativos – conectado à expansão do mercado imobiliário estadunidense.	Mais um marco do possível declínio hegemônico dos Estados Unidos. Declínio também do pensamento neoliberal, porquanto a crise obrigou os Estados a intervirem em suas economias para evitar um colapso econômico e social. Entretanto, preservou-se apenas o sistema financeiro – nos mesmos moldes, a grosso modo, daquele que originou a crise. Como alternativa ao neoliberalismo, há o modelo desenvolvimentista chinês, baseado na forte presença estatal nas atividades econômicas. A crise também corroborou a ideia de Arrighi (2008), do avanço da economia de mercado centrada no Leste Asiático, como novo eixo dinâmico da economia mundial.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Quadro 9 resume as ideias discutidas a respeito da retomada da hegemonia norte-americana, sua ligação com o colapso financeiro de 2008 e suas consequências em relação ao pensamento neoliberal. É importante comentar que, apesar de haver a possibilidade de o modelo chinês difundir-se devido à descrença de parte dos países que ainda sofrem com os efeitos da crise, a China não parece interessada em usar um discurso a favor do uso do seu modelo econômico, o que deixa tácito se a China tem ou não interesse em apresentar alternativas para a recuperação da economia mundial.

Em termos de caos sistêmico, a crise provocou uma onda de protestos em boa parte do mundo. Uma delas ocorreu em solo estadunidense: a *Occupy Wall Street* foi um movimento de contestação à impunidade nos Estados Unidos, que não prendeu ninguém por responsabilidade na gestação da crise em meio às especulações desmedidas. Entretanto, o movimento não ganhou força suficiente para haver mudanças sistêmicas (HAMMOND, 2013).

O mais grave dos movimentos pode ser visto na Primavera Árabe, movimentos dos povos do Oriente Médio e Norte da África que derrubaram governos na Tunísia, no Iêmen, na Líbia e no Egito (ESTEVENS, 2013). A isso seguiu-se uma guerra civil na Síria que já dura mais de dois anos – com um saldo de ao menos 80 mil mortos e 1,6 milhão de refugiados (LIMA, 2013). Cabe colocar que esses conflitos podem estar assumindo proporções maiores aqueles que aconteceram durante a Guerra Fria, com exceção da Guerra do Vietnã.

A obstinação do presidente Barack Obama de intervir no conflito (dessa vez de maneira mais multilateral), evidenciou a escalada dos conflitos sociais a nível global, o que pode criar mais condições para que surja algum outro Estado disposto a exercer funções hegemônicas no sistema internacional. Isso em um contexto de lenta recuperação econômica, onde o ambiente de incerteza, inerente aos acontecimentos internacionais, tende a acentuar-se.

## 6 CONCLUSÃO

Os efeitos da crise financeira que eclodiu em 2008 ainda se fazem sentir cinco anos depois da falência do banco de investimentos Lehman Brothers. Apesar disso, a tendência, ao analisar-se as causas da crise, foi a busca de explicações de curto-prazo para o colapso financeiro, como a expansão e “frenesi” das hipotecas *subprime* e as especulações no mercado financeiro provindas do mercado imobiliário estadunidense.

O presente trabalho procurou ir além, buscando analisar o tema através de uma análise histórica e de longa duração, que pudesse evidenciar as causas estruturais do estopim da crise. No capítulo 2, uma retrospectiva sobre a história do pensamento econômico, começando pela transição entre o feudalismo e o capitalismo, onde iniciaram-se ideias “embrionárias” a respeito da economia – no caso, o mercantilismo. Procedeu-se através de um relato que priorizasse também o contexto no qual essas ideias foram elaboradas, mostrando a sua importância para a compreensão da evolução do sistema capitalista.

No que tange ao mercantilismo, seus argumentos refletiam a própria realidade à época, qual seja, o forte intervencionismo estatal e a busca por metais preciosos, em meio ao processo das expedições e colonizações ultramarinas por parte das potências europeias a partir do século XV. As ideias fisiocratas, por sua vez, foram difundidas numa realidade de contestação do modelo mercantilista, especialmente na França, onde o modelo político absolutista (que implica em ingerência estatal na economia) persistiu até o fim do século XVIII.

Adam Smith, no último quartel do século XVIII, nada mais fez do que retratar a sociedade industrial que estava surgindo, refletindo sobre os benefícios da melhoria da eficiência técnica e da economia de mercado. Estes benefícios, sem o intervencionismo estatal, seriam os propulsores do progresso ininterrupto. Thomas Malthus, no início do século XIX, fez ressalvas a essas ideias, como a iminente escassez de alimentos e a possibilidade de uma “plethora geral” (superprodução), enquanto David Ricardo viu a disputa entre industriais e proprietários de terras como um entrave ao desenvolvimento capitalista.

A primeira crítica retumbante ao capitalismo veio de Karl Marx, entre a metade e o terceiro quartel do século XIX. Ele observou esse sistema econômico como mais um modo de produção histórico, cujo destino seria a derrocada por suas

próprias contradições internas – principalmente pelas lutas de classe entre a burguesia industrial e o proletariado. As revoluções sociais que marcaram sua época, contudo, arrefeceram, e o que predominou foi o retorno das ideias liberais, através dos neoclássicos.

A abordagem neoclássica preponderou até a crise de 1929, dando margem ao aparecimento de teorias que criticaram alguns dos postulados neoclássicos, como o trabalho pioneiro de Coase e, de maior repercussão, a obra seminal de Keynes.

Elucidada a importância das abordagens econômicas na trajetória da sociedade capitalista até a Segunda Guerra, no Capítulo 3 partiu-se da formação do moderno sistema de Estados para explicar a ascensão dos Estados Unidos à condição de hegemonia mundial, conforme os objetivos específicos “a” e “b” do trabalho. A base da explanação foi a ideia de Arrighi (1996) a respeito da evolução do capitalismo vinculado a uma sucessão de Estados hegemônicos, a partir da Paz de Vestfália, em 1648. Para tanto, Arrighi (1996) utilizou-se do conceito de Ciclos Sistêmicos de Acumulação, argumentando que cada hegemonia mundial não só lideraria os demais Estados intelectual e moralmente, como lideraria a própria acumulação de capital em nível global.

Essa liderança dar-se-ia primeiro através da expansão material da economia do Estado hegemônico; a partir do declínio deste, a liderança aconteceria via expansão financeira dessa economia – traço do declínio da condição do Estado hegemônico e da ascensão de novos “candidatos” para assumir esse posto. Os Países-Baixos constituíram-se na primeira hegemonia mundial, após a Guerra dos Trinta Anos. A sua hegemonia esteve calcada nas práticas mercantilistas e na defesa das soberanias estatais, mas foi breve no sentido do “exercício da hegemonia”, porquanto logo a Inglaterra e a França (então potências coloniais emergentes), acirraram a competição interestatal, minando o poder holandês.

A Inglaterra sobrepujou as demais economias e passou a liderar o processo de acumulação de capital no século XIX e tornou-se hegemônica ao término das Guerras Napoleônicas. A hegemonia inglesa deu-se em termos de defesa da manutenção do sistema de Estados soberanos e do discurso a favor da liberalização comercial em escala global, como propugnavam os economistas clássicos. A competição interestatal e intercapitalista acentuou-se no último quartel do século

XIX, levando à eclosão das duas guerras mundiais no século XX (intercaladas pela Grande Depressão dos anos 1930) e ao ocaso da economia inglesa.

Os Estados Unidos, então, tornaram-se o terceiro Estado hegemônico ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1945. O Capítulo 4 discorreu sobre a consolidação da hegemonia dos Estados Unidos no pós-guerra, por meio das instituições internacionais, como a ONU, o FMI, o Banco Mundial e o GATT, bem como por meio do arranjo monetário global baseado no padrão dólar-ouro. Ao tomar para si a liderança dos países do bloco capitalista frente à “ameaça” comunista representada pela União Soviética, os Estados Unidos legitimaram sua hegemonia mundial.

As duas décadas seguintes apresentaram um contexto de bom crescimento e estabilidade econômica, onde a retórica do “crescimento com pleno emprego” (de viés keynesiano) preponderou. Todavia, o auxílio estadunidense, dentre vários países, à Alemanha e ao Japão, fez com que estas duas nações ganhassem mais espaço econômico no sistema interestatal, em detrimento dos próprios Estados Unidos. Somado a isso, a entrada (e fracasso) dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã e o rompimento do governo estadunidense com os acordos de Bretton Woods deram início a um suposto declínio da sua hegemonia mundial.

Seguindo o objetivo específico “b” do trabalho, mostrou-se que, como resposta a esse declínio, os Estados Unidos utilizaram-se da alta de sua taxa de juros para forçar a valorização do dólar no final da década de 1970 até meados da década seguinte. Ademais, por meio do discurso neoliberal, os Estados Unidos procuraram, em parceria com a Alemanha, Japão e Inglaterra, liberalizar os mercados (tanto os produtivos quanto os financeiros) em âmbito global. A retomada da hegemonia, na década de 1980, deu-se por meios financeiros, porquanto os Estados Unidos aumentaram exponencialmente seus déficits e dívidas para financiar a indústria militar, o que denota o caráter estrutural da crise de 2008.

A União Soviética colapsou no início da década de 1990, deixando os Estados Unidos como única superpotência global e “mundializando” o sistema capitalista. Ao que supôs-se ser um momento de unipolaridade estadunidense no cenário internacional, seguiu-se uma série de crises financeiras preocupantes, mostrando que a desregulamentação, principalmente a financeira, vinha desestabilizando as relações econômica internacionais. Em meio a tudo isso, persistia a questão da dívida estadunidense, que aumentava como alternativa para a expansão do consumo e investimento norte-americanos.

Após a crise *pontocom*, entre 2000 e 2001, uma nova onda especulativa formou-se, dessa vez no mercado imobiliário – o cenário conjuntural que originou a crise. Contando com as “inovações” financeiras que foram aparecendo desde a década de 1980, a especulação financeira atingiu níveis muito elevados, desvinculando-se da esfera da economia real. Dois anos depois que o nível de inadimplência imobiliária nos Estados Unidos aumentou, as instituições financeiras apresentaram problemas, o que atingiu o ápice com a falência do Lehman Brothers.

No Capítulo 5, foi trazida uma discussão sobre quem teria sido responsável pelo surgimento da crise financeira de 2008, seguindo objetivo específico “c” do trabalho. Entre os argumentos de que o governo fora culpado pela crise ou que a desregulamentação teria sido o cerne do cenário que levou à quebra do Lehman Brothers, está a de que a crise foi propiciada pela expansão do sistema bancário paralelo, principalmente nos Estados Unidos. Esse sistema, além de não ser regulamentado, permitiu que os bancos elevassem seus ganhos (com aumento de riscos) de maneira vertiginosa. Como as instituições desse sistema paralelo não contavam com a proteção do FED, acabaram desestabilizando o sistema financeiro internacional.

Como resposta ao problema de pesquisa, argumentou-se que essa ascensão do sistema bancário paralelo pode estar vinculada, ainda assim, à liberalização dos mercados financeiros, que foi um dos baluartes da retomada da hegemonia norte-americana. No viés arrighiano, o desenvolvimento desse sistema está ligado à incapacidade de os Estados Unidos continuarem a liderar o processo de acumulação de capital por meios produtivos, passando a liderar a acumulação via meios financeiros.

A crise, que era financeira, logo espraiou-se para a economia real. Ainda como resposta ao problema de pesquisa posto, como consequências da crise (objetivo específico “d” do trabalho), viu-se que a mesma pôs mais um ponto de interrogação na capacidade hegemônica dos Estados Unidos. Entrementes, as atenções voltaram-se para a China como vetor da expansão produtiva global. Apesar desse “status” chinês, esse país não parece ter como assumir a condição de hegemonia mundial no curto e médio prazo. Os Estados Unidos ainda a maior potência econômica, são também a maior potência militar, possuem a moeda de reserva internacional (dólar) e sua língua oficial, o inglês, é o idioma mais difundido no mundo. Ademais, os Estados Unidos ainda contam com a facilidade de

financiamento (via títulos da dívida pública) e com a posição de vanguarda no que diz respeito às inovações tecnológicas.

Apesar disso, a ideologia pregada pelos Estados Unidos desde a retomada de sua hegemonia na década de 1980, o neoliberalismo, vem sendo seriamente questionada a partir da crise de 2008. Isso denota mais um ponto na falha dos Estados Unidos em dirigir intelectual e moralmente as demais nações. Como foi ilustrado no trabalho, todas as hegemonias mundiais tiveram sua base intelectual firmada em alguma abordagem econômica, política e social. No início do declínio hegemônico estadunidense, entre meados de 1960 e início dos anos 1970 o keynesianismo também havia entrado em crise. Com o neoliberalismo agora em crise, e pela falta de modelos alternativos a ele, a tendência é que, do ponto de vista intelectual e moral, aprofunde-se uma situação de caos sistêmico no moderno sistema de Estados.

Caos sistêmico que pode ser percebido pelos movimentos civis, a nível regional e global, que seguiram-se à crise, como o *Occupy Wall Street* e a Primavera Árabe. Esses movimentos foram questionadores da ordem política, econômica e social vigentes. Faz-se necessário, então, que os Estados Unidos, enquanto hegemonia mundial, ofereça alternativas e melhores vislumbres às novas exigências do mundo globalizado, com risco de o caos sistêmico, caso isso não aconteça, tornar-se generalizado.

Portanto, em relação às hipóteses levantadas no início do trabalho, confirmou-se, através do material pesquisado e da análise dos dados apresentados ao longo do trabalho, a hipótese central. Isso porque as reações dos Estados Unidos ao seu declínio hegemônico, vinculadas à gestação da financeirização da economia mundial, estão no cerne das origens da crise de 2008.

Quanto às outras hipóteses, não podem ser confirmadas, pois pôde-se inferir que a China ainda não possui condições de assumir uma posição hegemônica no sistema internacional. Mesmo a possibilidade de haver um grupo hegemônico de nações, formado pelos países emergentes (com destaque para os BRICS), torna-se imprevisível dado o arrefecimento de suas economias nos últimos anos.

Como limites em relação à análise feita ao longo do trabalho, deve-se mencionar que a teoria de Giovanni Arrighi, base teórica para a consecução desse estudo, sofre críticas em dois sentidos: (i) por ser um suposto modelo determinista das relações internacionais, passível de erros por conta de mudanças de

paradigmas que possam vir a ocorrer na sociedade mundial (como transformações no próprio moderno sistema de Estados; e (ii) por não incluir outros níveis de análise na sua teoria, como conflitos sociais e modos de produção.

O trabalho, portanto, também apresenta os mesmos limites, embora tenha sido discutido, como no último capítulo, sobre esse possível grupo hegemônico de nações (os BRICS). Pode-se argumentar que a teoria de Arrighi, apesar do cunho determinista, consegue abarcar um grande leque de fenômenos, mesmo que de maneira totalizante. Assim, é possível fazer um retrato histórico da formação da sociedade internacional sem perder a capacidade analítica.

Como contribuições, espera-se que o trabalho possa ter dado um passo em direção a um maior conhecimento sobre a crise de 2008, levando em consideração a posição hegemônica dos Estados Unidos no sistema internacional e fazendo uma narrativa histórica que mostra como as crises financeiras estão ligadas a hegemonias declinantes. Além disso, procurou-se incorporar à teoria de Arrighi alguns elementos da história do pensamento econômico, mostrando a importância de cada um dos pensamentos preponderantes na época de cada uma das três hegemonias mundiais do moderno sistema de Estados. Acredita-se, dessa forma, que a leitura dos economistas clássicos, como os que foram citados ao longo do trabalho, seja primordial para um entendimento profundo sobre a crise financeira de 2008 e seus reflexos na sociedade.

## REFERÊNCIAS

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: Edusc, 2006.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

ARRIGHI, G.; SILVER, B. J. (Org). **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

ARRIGHI, G.; HUI, P.; RAY, K.; REIFER, T. E. Geopolítica e altas finanças. In: ARRIGHI, G.; SILVER, B. J. (Org). **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

AVILA, Róber Iturriet. Crise de hegemonia dos Estados Unidos no contexto atual. **AEDOS: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós Graduação em História da UFRGS**, v. 2, p. 219-237, 2009.

BELLUZO, Luiz Gonzaga. A crise financeira e o papel do Estado. In: BISPO, C. R.; MUSSE, J. S.; VAZ, F. T.; MARTINS, F. J. (Orgs.). **Crise financeira mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho**. Brasília: ANFIP, 2009.

\_\_\_\_\_. Finança global e ciclos de expansão. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 2 v.

BRAGA, J. C. de S.; CINTRA, M. A. M. Finanças dolarizadas e capital financeiro: exasperação sob comando americano. In: FIORI, José Luís (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**. Lisboa: Editora Teorema, 1979. 3 v.

\_\_\_\_\_. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BURNS, E. M.; LERNER, R. E.; MEACHAM, S. **História da civilização ocidental: do homem das cavernas às naves espaciais**. v. 2. 29. ed. São Paulo: Globo, 1989.

COASE, Ronald. The nature of the firm. **Economia**, New Series, v. 4, n. 16, nov. 1937.

COELHO, Jaime César. Trajetória e interesses: os EUA e as finanças globalizadas num contexto de crise e transição. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 5 (125), p. 771-793, Edição especial 2011.

COGGIOLA, O. **A crise (2007-2012):** lineamentos para uma abordagem global. Curitiba: APUFPR, 2012. Disponível em: <<http://www.apufpr.org.br/greve2012/images/stories/oc%20a%20crise%202007-2012.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

CONTRI, André Luis. A recuperação da economia norte-americana diante da crise econômica mundial. **Indicadores Econômicos da FEE**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 31-40, 2013.

CORTES, S. M. V. Como fazer análise qualitativa de dados. In: BÊRLI, Duilio de Avila (Org.). **Técnicas de pesquisa em economia: transformando curiosidade em conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2002.

DARÓS, L. L.; BORBA, J. A. Evidenciação de instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações contábeis: uma análise das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças USP**, São Paulo, n. 39, p. 69-80, set./dez. 2005.

DE BEM, Augusto Pinho. As crises recentes da economia norte-americana e as políticas de recuperação. **Indicadores Econômicos da FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 7-18, 2013.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Dívidas soberanas: limites do receituário keynesiano para uma crise estrutural. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**, v. 1, n. 3, dez. 2011.

ESTEVEENS, João. Este país não é para novos: realidade demográfica e reconfigurações política na Primavera Árabe. **Instituto Português de Relações Internacionais**, n. 50, p. 1-18, abr. 2013.

FARHI, M.; CINTRA, M. A. M. A arquitetura do sistema financeiro internacional contemporâneo. **Revista de Economia Política**, v. 29, n. 3 (115), p. 274-294, jul./set. 2009.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Rio de Janeiro: Artenova, 1977.

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **World economic outlook: a survey by the staff of the International Monetary Fund**. Washington, DC: International Monetary Fund, 2013.

\_\_\_\_\_. **World economic outlook: a survey by the staff of the International Monetary Fund**. Washington, DC: International Monetary Fund, 2009.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere.** O risorgimento italiano. Notas sobre a história da Itália. Volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JR., R.. **Economia brasileira contemporânea.** São Paulo: Atlas, 2011.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HAMILTON, James L. Market place organization and marketability: Nasdaq, The Stock Exchange, and The National Market System. *The Journal of Finance*, v. 33, n. 2, maio 1978.

HAMMOND, John L. The significance of space in Occupy Wall Street. **Interface: a journal for and about social movements**, v. 5, n. 2, p. 499-524, nov. 2013.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

HAYEK, Friedrich von. **O caminho da servidão.** Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HEILBRONER, Robert. **A história do pensamento econômico.** São Paulo: Nova Cultura, 1996.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSON, John Attkinson. **A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HUNT, Emery Kay. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

HUNT, E. K.; SHERMAN, H. J. **História do pensamento econômico.** 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

KENNEDY, Paul Michael. **Ascensão e queda das grandes potências.** 2. ed. Mem Martins: Europa-América, 1997.

KEYNES, John Maynard. **As consequências econômicas da paz.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

\_\_\_\_\_. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KRUGMAN, P. **Crise de 2008: e a economia da depressão.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. **Economia internacional: teoria e política**. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Obras escolhidas**. 3. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1986.

\_\_\_\_\_. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Global, 1982.

LIMA, José Antonio. Na Síria, a única certeza é a ampliação da tragédia. **Carta Capital**, 06 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/na-siria-a-unica-certeza-e-a-ampliacao-da-tragedia-8007.html>>. Acesso em: 09 nov. 2013.

LIMA, Marcos Costa. O Brasil, os BRICS e a agenda internacional. In: **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: FUNAG, 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. **Acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MACHIAVELLI, Niccolo. **O príncipe**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações internacionais: teoria e história**. São Paulo: Saraiva, 2004.

MALTHUS, Thomas. **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia política**. Rio de Janeiro: EPASA, 1946.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MILAN, M. A crise financeira nos EUA: causas, consequências e desdobramentos teóricos. **Revista Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 33, p. 103-145, out. 2012a.

\_\_\_\_\_. The financial crisis and the dollar hegemony. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 1, n. 1, p. 125-140, jan-jun 2012b.

MILL, John Stuart. **Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações à filosofia social**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MONROE, H.; CARVAJAL, A., PATTILLO, C. Los peligros de los Ponzis. **Finanzas & Desarrollo**, p. 37-39, mar. 2010.

MORAIS, Lecio. A crise capitalista contemporânea e suas consequências econômicas e políticas no sistema internacional. In: BISPO, C. R.; MUSSE, J. S.; VAZ, F. T.; MARTINS, F. J. (Orgs.). **Crise financeira mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho**. Brasília: ANFIP, 2009.

NOGUEIRA, J. P; MESSARI, N. **Teoria das relações internacionais: correntes debates**. Rio de Janeiro. Elsevier. 2005.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Apresenta indicadores econômicos de vários países. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 24 out. 2013.

PREBISCH, Raul. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.

QUESNAY, François. **Quadro económico: análise das variações do rendimento de uma nação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1985.

REIS, R. P.; HENDLER, B. O modelo arrighiano e o novo caos. In: IV COLÓQUIO BRASILEIRO EM ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO, 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2010.

RIBEIRO, Luiz Carlos de Santana. Ciclos sistêmicos de acumulação arrighianos e a crise econômica de 2008: será o fim do ciclo norte-americano? **Diálogo e Interação**, v. 2, p. 1-12, 2009.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SANTOS, Theotônio dos. **Imperialismo e corporações multinacionais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

SAY, Jean-Baptiste. **Tratado de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1997.

SERRANO, Franklin. Relações poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível. In: FIORI, José Luís (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

SILVEIRA, S. J. C. Crise da hegemonia americana e da globalização: mudança ou continuidade. **Século XXI**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, jan-jun 2011.

SILVEIRA, S. J. C.; LEITZKE, A. O futuro do padrão monetário internacional. **Revista Eletrônica de Economia da Universidade Estadual de Goiás – UEG**, v. 9, n. 1, p. 1-16, jan./jun. 2013.

SINGER, Paul. **Curso de introdução à economia política**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia internacional contemporânea: da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008**. São Paulo, Atlas, 2009.

STIGLITZ, Joseph Eugene. **A globalização e seus malefícios**. 2. ed. São Paulo: Futura, 2002.

TAVARES, Maria Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 2, abr./jun. 1985.

TAVARES, M. C.; BELLUZO, L. G. A mundialização do capital e a expansão do poder americano. In: FIORI, José Luís (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

TEIXEIRA, Aloisio. Estados Unidos: a “curta” marcha para a hegemonia. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

THORSTENSEN, Vera. China e EUA – de guerras cambiais a guerras comerciais. **Revista de Política Externa**, v. 19, n. 3, dez./jan./fev. 2011.

THUROW, Lester Carl. **O futuro do capitalismo: como as forças econômicas de hoje moldam o mundo de amanhã**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

TORRES FILHO, E. T. O pânico de 2008 e a longa recessão: onde estamos e para onde vamos? **Revista Econômica**, Niterói, v. 13, n. 2, p. 55-74, dez. 2011.

VEBLEN, Thorstein. **Teoria da empresa industrial**. Rio de Janeiro: Globo, 1966.

\_\_\_\_\_. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo: Pioneira, 1965.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

\_\_\_\_\_. **The modern world-system**. San Diego: Academic Press, 1989.